



Escola de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Psicologia Social e das Organizações

**Vamos Prevenir!**

**As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do  
Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos**

**Nicole Christine Alves Figueiredo**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores

Orientadora:  
Doutora Joana Dias Alexandre, Professora Auxiliar,  
ISCTE-IUL

Coorientadora:  
Dra. Rute Agulhas, Professora Assistente Convidada,  
ISCTE-IUL

Outubro, 2015



## **Agradecimentos**

Porque este caminho nem sempre foi fácil e chegar ao final com orgulho no trabalho realizado foi um verdadeiro desafio, não posso deixar de agradecer às pessoas sem as quais chegar aqui não teria sido possível.

À Professora Joana Alexandre, porque aceitou o desafio de trabalhar numa área diferente e colocou todo o seu empenho e dedicação neste trabalho. Por toda a cumplicidade, amizade, desafio e disponibilidade constante. Por ter mantido os pés assentes na terra e tornado este trabalho possível.

À Professora Rute Agulhas, que me inspirou e me desafiou para este projeto, dando-me toda a liberdade. Por toda a entrega, confiança, partilha e presença constante. Por ter sempre sonhado em fazer mais e melhor.

Às duas, pela inspiração, pela entrega e carinho com que se dedicaram a este projeto, pelas madrugadas de trabalho e pela confiança depositada em mim.

A todos os que participaram nesta investigação: aos técnicos, pela disponibilidade para partilharem o seu conhecimento; aos pais, pelas suas preciosas contribuições; aos pais que autorizaram os seus filhos a participar, por acreditarem na importância da prevenção; e a todas as crianças, por terem sido tão verdadeiras e generosas, como só as crianças sabem ser.

Às minhas colegas de mestrado, Vera Rendas, Sara Simões, Raquel Gonçalves e Sara Condeço, por terem transformado esta etapa da minha vida numa verdadeira aventura. Por todos os conhecimentos, partilhas e inspirações.

Às minhas amigas, Daniela e Márcia, que me acompanham desde que começou esta nossa aventura na Psicologia, que estão sempre presentes e disponíveis para ajudar no que for preciso.

À minha família pelo amor que me dedicam, em especial à minha mãe por todo o carinho e paciência; ao meu pai pelo interesse no meu trabalho e pela inspiração; à minha irmã pela preocupação e partilha; à avó Zé, que não sendo minha avó, me dá todo o carinho e mimo que só uma verdadeira avó sabe dar; e à Safira, a minha companheira de quatro patas pela, alegria com que preenche os meus dias.

Ao Bruno, pelo amor e companheirismo. Por saber ser namorado, amigo, companheiro e ter sempre a palavra certa para me aconselhar. Por ser tudo aquilo que eu podia sonhar, e através do nosso amor me inspirar a querer ser sempre mais e melhor!

Um obrigado muito especial a todos!



## **Resumo**

O abuso sexual de crianças e adolescentes é uma problemática complexa com uma prevalência elevada a nível nacional e internacional, podendo ter consequências graves para a vítima ao nível do seu desenvolvimento global, a curto, médio e longo prazos. Uma das formas mais eficazes de diminuir a sua incidência é através da prevenção primária. Face à escassez de programas de prevenção primária em Portugal, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os materiais desenvolvidos para um jogo de tabuleiro, destinado a crianças entre os 6 e os 10 anos, que visa trabalhar esta problemática e pode ser jogado por crianças com os seus cuidadores ou com técnicos. O presente trabalho tem também como objetivo apresentar os resultados de um pré-teste efetuado aos materiais que o compõem. Para tal, foram conduzidas entrevistas individuais com cinco pais, cinco técnicos de áreas profissionais relevantes e seis crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos. Na generalidade, os participantes expressaram uma atitude positiva em relação ao “Jogo”, ao “Manual do Jogo” e às “Atividades”, sendo considerados relevantes e de interesse face à problemática que aborda. Os adultos consideraram adequado à faixa etária e apelativo, sendo visto como facilitador para o diálogo entre adulto e criança sobre o abuso sexual. Em geral, as crianças compreenderam as atividades. Em termos de sugestões, as mesmas prendem-se sobretudo com questões de conteúdo, nomeadamente acrescentar ou retirar informações do “Manual do Jogo” ou alterar algumas atividades. Sugere-se que futuras investigações avaliem a eficácia do jogo com pais, técnicos e crianças.

Palavras-chave: Prevenção primária, abuso sexual, crianças, jogo.

Classificação: 4200 Psicologia Forense e Assuntos Legais; 4270 Prevenção de Crime.



## **Abstract**

Child sexual abuse is a complex problem with a national and international high rate, which affects many children and may lead to serious problems in the development of the child with short, medium and long term implications. One of most effective ways to reduce child sexual abuse is primary prevention. Due to the lack of primary prevention in Portugal, this project preset a set of materials developed to a board game for children between six and twelve years old, to be used to prevent this problem and which can be played by children with their care givers or with technicians. This project also presents the results of material's pretest, which was conducted by interviewing five parents, five technicians and six children between six and ten years. In general the subjects expressed a positive attitude towards the game, the manual and the activities. They were considered relevant and interesting. The adults considered also that the game is age appropriate and appealing for children, making easier the task of talking about sexual abuse with them. In general, children can understand all the activities. We suggest that future investigations make an evaluation of the efficacy of this game with parents, technicians and children.

Key words: Primary prevention; sexual abuse; children; game.

Classification: 4200 Forensic Psychology & Legal Issues; 4270 Crime Prevention.



## Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.....	5
Evolução Histórica, Teórica e Legal do Conceito.....	5
Prevalência do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.....	9
Fatores de Risco.....	10
Características Associadas aos Abusadores.....	11
Indicadores Associados à Detecção de Abuso Sexual.....	13
Consequências do Abuso Sexual para as Vítimas.....	13
Capítulo II - Prevenção do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.....	17
Programas de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.....	17
Who do you tell?.....	19
Child Abuse Prevention (CAP).....	20
Child Abuse Prevention Program (CAPP).....	20
Body Safety Training.....	20
Red Flag, Green Flag People.....	21
Feeling Yes, Feeling No.....	21
Stop it now!.....	22
Talking About Touch.....	22
Coletas y Verdi.....	22
Balanço dos Programas Existentes.....	23
Capítulo III - As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos.....	25
Capítulo IV - Método.....	29
Participantes.....	29
Instrumentos.....	29
Adultos.....	29
Crianças.....	29

Procedimento .....	30
Procedimento de recolha. ....	30
Procedimento de análise. ....	31
Capítulo V - Resultados.....	33
Capítulo VI - Discussão.....	41
Anexo A.....	59
Listagem Materiais do Jogo.....	59
Anexo B.....	61
Guião de Entrevista para Pais e Técnicos.....	61
Anexo C.....	63
Guião de Entrevista Crianças .....	63
Anexo D.....	65
Consentimento Informado para Pais e Técnicos .....	65
Anexo E.....	67
Consentimento Informado para Crianças .....	67
Anexo F .....	69
Tabela Resumo Resultados dos Pais e Técnicos .....	69
Anexo G.....	83
Tabela Resumo Resultados das Crianças .....	83
Anexo H.....	85
Tabela Resumo Alterações aos Materiais.....	85

## Glossário

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

OMS – Organização Mundial de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

APA – American Psychological Association

CAP – Child Abuse Prevention

CAPP – Child Abuse Prevention Program

PJ – Polícia Judiciária

PSP – Polícia de Segurança Pública

GNR – Guarda Nacional Republicana



## Introdução

O abuso sexual de crianças e adolescentes é um fenómeno que existe desde sempre, recebendo mais ou menos atenção ao longo dos tempos, consoante os contextos envolventes (Ariés, 1998). Nas últimas décadas essa atenção tem aumentado, em parte pelo crescente interesse nos direitos das crianças e, por outro lado, pela preocupação emergente com a saúde física e psicológica das crianças (Furniss, 1993).

Trata-se de um fenómeno complexo e difícil de definir devido aos inúmeros contextos em que pode acontecer, à variedade de comportamentos que pode envolver e à frequência e relações em que pode ocorrer (Hall & Hall, 2011). O *National Center of Child Abuse and Neglect* (1978) definiu, há muito, o abuso sexual de menores como correspondendo a interações entre adultos e crianças, em que a criança é utilizada para obtenção de prazer sexual por parte do adulto. Estas interações, abusivas, podem ainda acontecer entre duas crianças menores de idade, quando uma delas é significativamente maior do que a outra ou está numa situação de poder sobre a mesma. Destaca-se, ainda, a definição da Organização Mundial de Saúde [OMS] (2006) que refere que as crianças que são envolvidas em atos sexuais não compreendem totalmente a sua natureza e são incapazes, pelo seu nível de desenvolvimento, de dar o seu consentimento informado e de estar preparadas para este tipo de interação. No entanto, existem ainda muitas outras definições, que, em comum, consideram que o abuso sexual de crianças e adolescentes é enquadrado enquanto uma relação de carácter sexual (Briere & Eliot, 2003), com ou sem contacto físico (Honor, 2010), entre uma criança e um adulto ou entre crianças onde exista assimetria de poder, que implica abuso de confiança, poder e/ou autoridade, com a probabilidade de existência de efeitos a curto e/ou a médio ou longo prazo para a vítima (Briere & Eliot, 2003). Viola-se, assim, um dos direitos básicos dos seres humanos que se traduz num desenvolvimento sexual adequado, através da existência de experiências sexuais no tempo adequado e de acordo com a sua escolha e controlo (Maltz, 2002).

Enquanto crime, o abuso sexual é punido pela Lei Portuguesa, enquadrando-se nos crimes contra a liberdade sexual e a autodeterminação sexual, estipulando que as crianças menores de 14 anos ainda não atingiram o nível de desenvolvimento necessário, nem têm maturidade suficiente para poder prestar qualquer tipo de consentimento (Código Penal, 2007).

O abuso sexual de menores é um fenómeno com elevada prevalência em termos globais (Maria & Ornelas, 2010). Em 2013, foi realizado um estudo nos Estados Unidos da América em que se estimou que, em média, uma em cada 10 crianças serão sexualmente abusadas até aos 18 anos (Townsend & Rheingold, 2013). Dados do Reino Unido revelam que no ano de

2010, uma em cada 20 crianças foi sexualmente abusada (Radford, 2010). Relativamente a Espanha, em 2008, foram apresentadas 1357 denúncias de abuso sexual (Florencing & Pérez, 2010). Mais concretamente, em Portugal, dados recentes do Relatório Anual de Segurança Interna [RASI], revelam que 49.6% dos crimes sexuais perpetrados foram abuso sexual de crianças e adolescentes (Ministério da Administração Interna, 2015).

Relativamente ao impacto causado nas vítimas, sabe-se que é uma experiência de vida muito complexa (Putnam, 2003) sendo, provavelmente, o problema mais relevante e com consequências mais sérias que as crianças enfrentam (Townsend, 2013). De uma forma geral, a literatura destaca as perturbações psicológicas, como a depressão, a perturbação *borderline* da personalidade, o abuso de substâncias, a perturbação pós *stress* traumático, a perturbação dissociativa da identidade (Putnam, 2003), perturbações alimentares, perturbações de ansiedade, fobias (Hall & Hall, 2012), défice de atenção e hiperactividades (Amazarray & Koler, 1998) e os comportamentos inadequados, como os comportamentos sexualizados (Putnam, 2003), problemas sexuais e relacionais (Hall & Hall, 2012) e comportamentos auto destrutivos (Amazarray & Koler, 1998). No entanto, a variedade de comportamentos envolventes, a natureza e dinâmica do abuso levam a que possa existir uma grande variedade de resultados e que o impacto do abuso seja diferente para cada uma das vítimas (Putnam, 2003).

A relevância do abuso sexual de crianças e adolescentes, a sua elevada prevalência e as consequências a curto, médio e longo prazos que podem ter para as vítimas, justificam a importância do desenvolvimento de programas de prevenção primária (Maria & Ornelas, 2010).

Em Portugal, os programas de prevenção primária são escassos (Maria & Ornelas, 2010), embora em países como os Estados Unidos da América, Canadá e Espanha esta seja já uma prática com alguns anos (Martyniuk & Dworkin, 2011). A análise dos programas existentes permite concluir que um programa de prevenção primária eficaz utiliza uma combinação de estratégias, como a modelagem, discussões de grupo e *role playings* (Topping & Barron, 2009), envolve ativamente as crianças, física e verbalmente (Davis & Gidycz, 2000), prolonga-se por longos períodos de tempo, dividindo-se em várias sessões (Davis & Gidycz, 2000) e inclui os pais, técnicos de várias áreas e a comunidade em geral nos esforços preventivos (Topping & Barron, 2009).

O impacto destes programas tem-se verificado ao nível do aumento de conhecimentos acerca do abuso sexual de crianças e adolescentes, do desenvolvimento de competências de

autoproteção e na intimidação de potenciais abusadores, por saberem que as crianças e a comunidade em geral estão mais informadas e alerta.

Seguindo as orientações da literatura acima referidas e tendo em conta a escassez de materiais que possam ser utilizados para prevenção primária em Portugal, o objetivo desta dissertação consiste na criação de um jogo, de tabuleiro, destinado a crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, que vise aumentar conhecimentos sobre o abuso sexual de crianças, bem como promover o desenvolvimento de competências que permitam às crianças e aos adultos identificar e gerir adequadamente este tipo de situações. Para o efeito, foi construído um conjunto de materiais e realizado, antes da produção física do jogo, um pré-teste aos mesmos, através da realização de entrevistas individuais a técnicos com formação e experiência profissional relevante nesta área (forense, saúde, educação e justiça), pais e crianças, com o objetivo de avaliar a pertinência, clareza e adequabilidade à faixa etária desses mesmos materiais.

A presente dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro, segundo e terceiro capítulos são dedicados a uma extensa revisão de literatura, sendo o primeiro dedicado ao abuso sexual de crianças e adolescentes, incluindo uma evolução teórica, histórica e legal do conceito, a sua prevalência, fatores de risco associados, características dos abusadores sexuais, indicadores associados à deteção e consequências para as vítimas; o segundo capítulo aborda a prevenção do abuso sexual, em que é feita uma identificação, descrição e balanço dos programas de prevenção primária existentes; e o terceiro capítulo, onde se descreve o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos” tendo por base a literatura relevante. No quarto capítulo é feita a caracterização do método utilizado, incluindo os participantes, o instrumento e o procedimento de recolha e análise. O quinto capítulo diz respeito à apresentação dos resultados obtidos. Por fim, o sexto capítulo é dedicado à discussão dos resultados apresentados, às limitações da investigação, às sugestões para futuras investigações e a um resumo de todo o trabalho desenvolvido para a realização deste jogo.



## Capítulo I – Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes

### **Evolução Histórica, Teórica e Legal do Conceito**

As concepções de abuso existentes ao longo do tempo estão intimamente ligadas às concepções de infância. Até ao século XV, as crianças eram percebidas como adultos em tamanho pequeno e, por isso mesmo, não eram diferenciadas dos adultos nos vários contextos do quotidiano, como o trabalho ou o lazer (Ariés, 1988). No entanto, a partir do século XX começou a surgir a preocupação de afastar as crianças dos comportamentos corruptos dos adultos (Ariés, 1988), apesar de estas continuarem a ser incluídas nos atos sexuais destes desde muito novas (Gabel, 1997).

Por sua vez, a concepção do que é a infância, a inocência infantil e o espaço privado começou a surgir apenas a partir do século XVII, quando começou a mudar a forma de encarar os atos sexuais na infância (Ariés, 1988). A partir do século XVIII e início do século XIX, o abuso sexual começou a ser visto como algo inaceitável, apesar do tema não ser abordado de forma explícita e de se ignorarem as situações existentes (Gabel, 1997). As denúncias eram escassas também porque as vítimas eram fortemente culpabilizadas (Fergusson & Mullen, 1999).

Apesar da evolução na forma como era concetualizada a proteção das crianças e os seus direitos, apenas em 1989 foram contemplados pela Convenção sobre os Direitos da Criança pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ratificada em 1990 pela Assembleia da República Portuguesa e aceite pela maioria dos países ocidentais (Calheiros, 2006). De acordo com a referida Convenção, a criança tem o direito a ser protegida de todas as formas de violência, incluindo o abuso e exploração sexual (artigos 19, 34, 35 e 39). De forma mais específica, o artigo 34.º refere que a criança tem direito a ser protegida do abuso e exploração sexual, incluindo a indução ou coerção da criança para se envolver em atividades de cariz sexual e a exploração para prostituição ou pornografia (Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], 2004).

A última metade do século XX foi, então, um marco importante, a partir do qual o abuso sexual foi publicamente encarado como um problema social muito grave (Gabel, 1997). O trabalho pioneiro de Kempe e colaboradores, nos anos 60 do século passado, acerca da síndrome da criança maltratada, contribuiu para um crescente interesse e preocupação sobre o abuso físico das crianças. No entanto, só na década de 70 é que surgiu uma maior preocupação com o abuso sexual, em parte devido a relatos de mulheres que tinham sido vítimas na infância e que começaram a denunciar essas situações com o início do movimento

feminista (Fergusson & Mullen, 1999). Os anos 80, do século XX, foram marcados pelo crescente interesse dos *media* em divulgarem histórias de mulheres sexualmente abusadas, principalmente pelo pai, o que levou a uma maior consciencialização da sociedade para o facto de todas as crianças poderem estar expostas a este fenómeno. Foi também neste período temporal que a definição de abuso sexual de crianças passou a ser mais alargada, compreendendo comportamentos desde a exposição dos órgãos genitais até à violação (Fergusson & Mullen, 1999). Este aumento da consciência sobre o problema, bem como dos diversos atos que compreende, conduziu a um aumento do interesse por parte da comunidade científica, quer no que diz respeito às perturbações mentais provocadas por situações sexualmente abusivas (Fergusson & Mullen, 1999), quer em relação à sua prevalência, contextos em que ocorre e possíveis consequências (Green, 1993).

Apesar de toda a investigação acerca do tema, o abuso sexual de crianças e adolescentes continua a ser algo difícil de definir pela diversidade de comportamentos, de circunstâncias, de frequência e de relações em que pode acontecer (Hall & Hall, 2011). Uma definição clássica e muito referida na literatura, apesar de já ser da década de 80, é a proposta pelo *National Center of Child Abuse and Neglect* (1978) que define o abuso sexual como os contactos e interações entre uma criança e um adulto, quando este usa a criança para obter prazer sexual, para providenciar prazer, ou estimular a criança. Estes comportamentos podem ser também cometidos por menores de 18 anos, quando estes são significativamente maiores do que a vítima ou estão numa situação de poder ou controlo sobre esta. No entanto, ao longo dos anos várias definições têm vindo a ser propostas. Em 1991, Glaser caracterizou o abuso sexual como sendo o envolvimento de crianças e adolescentes em atividades sexuais das quais não têm total compreensão e para as quais não estão aptos a concordar ou consentir. Em 1992, Ratican definiu o abuso sexual como qualquer ato sexual entre uma criança e um adulto, que pode ou não ser explícito e que, na maioria das vezes, tem um impacto negativo geral nas vítimas. Watson (1994) entendeu o abuso como qualquer contacto ou interação com o intuito de estimular ou controlar a sexualidade da criança. Acrescenta ainda que, para que uma interação seja considerada abusiva, devem estar presentes três diferenciais: de poder, já que a relação não é mutuamente consentida e entendida; de conhecimento, uma vez que o agressor pode ter mais idade cronológica, mais maturidade desenvolvimental ou mais inteligência; e de gratificação, visto que o contacto apenas traz gratificação para o agressor, sendo qualquer prazer por parte da vítima accidental e fisiológico e do interesse do abusador. Briere e Eliot (2003) propõem uma definição mais simples em que se considera que uma pessoa abusa sexualmente de uma criança quando a expõe a atos ou comportamentos sexuais, assim como

Goldman e Salus (2003) que caracterizam o abuso sexual como o comportamento sexual entre um adulto e uma criança. Por ser uma problemática tão abrangente, em 2006 a OMS define abuso sexual como situações em que as crianças são envolvidas em atos sexuais que não compreendem totalmente a sua natureza e são incapazes, pelo seu nível de desenvolvimento, de dar consentimento informado e de estar preparadas para este tipo de interação. Mais recentemente, o abuso sexual foi também definido como uso, persuasão ou coerção de uma criança para se envolver em qualquer tipo de conduta sexual ou assistir ao envolvimento sexual de outras pessoas, que pode também envolver prostituição ou produção de materiais pornográficos (Child Welfare Information Gateway, 2013).

Em todas as definições é consensual que o abuso sexual de crianças e adolescentes consiste numa relação de carácter sexual entre uma criança e um adulto ou outra criança com alguma vantagem sobre a vítima, em que há um abuso de confiança, poder ou autoridade, que pode causar problemas graves a curto e a médio ou longo prazo para a criança (Briere & Eliot, 2003), que pode, ou não, envolver contacto físico (Hornor, 2010), e que viola um dos direitos básicos dos seres humanos, que é o de ter experiências sexuais no tempo desenvolvimental correto e sob o seu controlo e escolha (Maltz, 2002).

Como se pode concluir pela diversidade de definições, o abuso sexual de crianças e adolescentes é um fenómeno muito complexo, em parte, pela diversidade de comportamentos que engloba. À partida pode fazer-se a distinção entre comportamentos de “toque” e “não toque” (Hornor, 2010). São considerados comportamentos de “toque” carícias diretas ou sobre a roupa, masturbação, introdução oral, anal ou vaginal de partes do corpo ou objetos (Putnam, 2003) e penetração anal, vaginal ou oral (Hornor, 2010). Relativamente a comportamentos de “não toque”, abrangem a exposição a atividade sexual de adultos ao vivo ou em vídeo (pornografia), a utilização da criança para produção de materiais pornográficos, exibicionismo (Goldman & Salus, 2003), conversas e textos obscenos (Código Penal, 2007) e utilização das vítimas para prostituição (Hornor, 2010).

Finalmente, importa ainda distinguir entre abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar. É considerado abuso sexual intrafamiliar quando é cometido por um adulto ligado à criança por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, e abuso sexual extrafamiliar quando é perpetrado por uma pessoa que não pertence à esfera familiar da criança (Guerra, 1998).

Tal como as conceções teóricas, também a legislação respeitante ao abuso sexual de crianças e adolescentes tem sofrido alterações ao longo do tempo. Até ao Código Penal de 1852, os crimes sexuais, como são definidos hoje em dia, eram denominados por “crimes morais”, uma vez que atentavam contra a moral da vítima. Nos Códigos Penais de 1852 e

1886 passaram a denominar-se “crimes contra a honestidade” porque colocavam em causa a honra sexual da mulher. A partir de 1852, o foco deixou de ser a proteção da sociedade para passar a ser a proteção individual. Em 1982, estes crimes surgiam no Código Penal nos “crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade”, tendo como principal foco a proteção da honra e moral da vítima. Apenas na revisão do Código Penal de 1995 passaram a configurar nos “crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, onde o foco passou da honra e moral da pessoa para o seu direito a dispor livremente da sua sexualidade (Alves, 1995).

Tal como referido na Introdução, o abuso sexual de crianças e adolescentes é um crime punido por lei, definido no Código Penal de 2007 nos “Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual”, onde se distinguem os “crimes contra a liberdade sexual” (artigos 163.º a 170.º), que vão contra o direito de cada pessoa decidir livremente a sua vida e práticas sexuais, pressupondo-se que a vítima tenha já a maturidade necessária para dar o seu consentimento, e os “crimes contra a autodeterminação sexual” (artigos 171.º a 178.º), em que as vítimas (menores de 14 anos de idade), pela sua idade e nível de desenvolvimento, se entende não estarem ainda em condições de se autodeterminarem sexualmente e terem maturidade suficiente para prestar um consentimento informado. Os menores de 14 anos de idade podem, no entanto, ser também vítimas de crimes contra a liberdade sexual, como sejam os crimes de coação sexual, que envolvem a utilização de violência ou ameaça grave (art.º 163.º) e violação, que podem envolver cópula, coito anal ou oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos (art.º 164.º). Estes dois últimos artigos foram recentemente alterados pela Lei nº 83/2015, no entanto os comportamentos considerados crime continuam a ser os mesmos, aumentando apenas a pena de prisão a que ficam sujeitos quem os praticar.

A moldura penal dos crimes de abuso sexual de menores tem um máximo de 10 anos, podendo sofrer agravamentos, se existir uma relação familiar entre o agressor e a vítima, se a vítima contrair uma doença sexualmente transmissível, se resultar uma gravidez, ofensa à integridade física grave, suicídio ou morte da vítima, ou se esta for menor de 14 anos (artigo 177.º) (Código Penal, 2007).

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, os atos considerados como abuso sexual são: coação sexual; violação, através de cópula, coito anal ou vaginal ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos; importunação sexual, através de atos exibicionistas; exposição a conversas ou escritos obscenos ou pornografia; lenocínio, ou seja fomento ou

favorecimento da prostituição infantil; e pornografia, pela utilização do menor em espetáculos pornográficos, filmes, vídeos ou fotografias (Código Penal, 2007).

### **Prevalência do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**

O abuso sexual infantil é uma problemática complexa com uma prevalência elevada em Portugal e no mundo. Segundo Townsend (2013) é provavelmente o problema mais relevante e com consequências mais sérias que as crianças enfrentam.

Em Espanha, no ano de 2008, foram apresentadas 1357 denúncias pelo crime de abuso sexual, 143 por abuso com penetração, 75 por assédio, 652 por agressão sexual, 352 por agressão sexual com penetração, 44 por lenocínio, 207 por corrupção de menores, 579 por exibicionismo, 330 por pornografia infantil e 73 por provocação sexual (Floreancing & Pérez, 2010).

Estudos publicados entre 2002 e 2009, recorrendo a amostras de 24 países apontam para uma taxa de incidência de 8 a 13% nas raparigas e 3 a 17% nos rapazes (Barth, Bermetz, Heim, Trelle, & Tonia, 2013).

Em 2010, Radford e colegas desenvolveram um estudo no Reino Unido acerca dos maus tratos cometidos junto de crianças e concluíram que 1 em cada 20 crianças tinha sido abusada sexualmente.

Townsend e Rheingold (2013) estimam que, em média, nos Estados Unidos da América (EUA) 1 em 10 crianças serão sexualmente abusadas até aos 18 anos, sendo 1 em 7 raparigas e 1 em 25 rapazes. E que se nada for feito para prevenir este fenómeno, 400 000 crianças nascidas em 2013 nos EUA serão vítimas de abuso sexual.

Relativamente a Portugal, quando comparada com outros países em que foi estudada a prevalência deste fenómeno, é baixa e apresenta índices semelhantes quanto a vítimas do sexo feminino (2.7%) e do sexo masculino (2.6%) (Pereda, Guilera, Forns, & Gomez-Benito, 2009).

Dados publicados pelo Ministério da Administração Interna nos RASI de 2013 e de 2014 apontam para um aumento do fenómeno, apesar de não ser possível aferir se este representa um número mais elevado de crimes ou de denúncias devido à visibilidade que tem apresentado nos últimos tempos. De acordo com os dados de 2013, foram abertos 1227 inquéritos e detidas 70 pessoas pelo crime de abuso sexual de crianças. Dos suspeitos constituídos arguidos, 357 eram do sexo masculino e 12 do sexo feminino, o que demonstra a predominância de arguidos do sexo masculino. Relativamente às vítimas, observa-se maior incidência no sexo feminino, sendo que 283 vítimas eram rapazes e 1026 eram raparigas. A

faixa etária dos 8 aos 13 anos era a que apresentava maior incidência. Em 314 situações, o abusador era familiar da vítima, em 314 era conhecido e em 145 era desconhecido. Neste ano foram ainda comunicados 2898 casos de abuso sexual às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens [CPCJ], dos quais 542 se demonstraram fundamentados após avaliação (Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, 2013).

No que respeita aos dados de 2014, foram detidas 146 pessoas pelo crime de abuso sexual de crianças, sendo que 49,6% dos inquéritos abertos relativamente a “crimes sexuais” eram relativos ao crime de abuso sexual de crianças, o que demonstra a prevalência do fenómeno. Novamente se observa que os arguidos do sexo masculino são predominantes, representando 95,7% do total, e que nas vítimas predomina o sexo feminino, com 81,8% das vítimas. A faixa etária com maior incidência mantém-se a mesma (dos 8 aos 13 anos de idade) e a maioria dos abusadores continuam a ser familiares ou conhecidos das vítimas (em 67,4% dos casos), e desconhecidos em apenas 5,2% das situações (Ministério da Administração Interna, 2015).

Apesar dos dados existentes, considera-se que o número real de casos de abuso sexual seja subestimado por existirem situações em que a vítima não revela, mantendo o segredo, outras situações em que existe revelação, mas não há sinalização às entidades competentes, ou outras ainda que não chegam a ser confirmadas. O que leva a que não se conheçam esses dados e por conseguinte, não se conheça a real dimensão do fenómeno (Loiselle & Friedman, 2003).

### **Fatores de Risco**

Os fatores de risco são prévios ao abuso sexual e aumentam a probabilidade deste acontecer, influenciando a sua frequência e duração. Não é apenas um fator que determina a maior vulnerabilidade ao abuso, mas sim a combinação de diversos fatores, que têm relação e impacto entre si (Starzyk & Marshall, 2003). Assim, apesar de qualquer criança, rapaz ou rapariga, de qualquer idade, estatuto socioeconómico ou etnia, poder ser abusada sexualmente por um adulto ou outra criança e de não existir um perfil de vítima, existe um conjunto de fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade da criança a uma potencial situação de abuso. Por outras palavras, não significa que as crianças sejam responsáveis pelos abusos sexuais que sofrem, mas sim que existe um conjunto de características que podem estar associadas a um maior risco de vir a ser vítima de abuso sexual e que é importante conhecê-las no sentido de prevenir este fenómeno (Black, Heyman, & Slep, 2001) O sexo é um desses fatores (Finkelhor, 1993), uma vez que as raparigas estão entre 2,5% a 3% em maior risco do que os rapazes de serem sexualmente abusadas (Fergusson, Lynskey, & Horwood, 1996).

Relativamente à idade, a literatura não é consensual, algumas pesquisas sugerem que o risco seja maior em crianças mais velhas, pelas características físicas que apresentam, nomeadamente, caracteres sexuais secundários (U.S. Department of Health and Human Services, 1998), enquanto outros estudos sugerem que são as crianças mais novas a apresentar maior vulnerabilidade devido ao facto de terem menos experiência, menos conhecimento e menos força do que o agressor (United Nations Children's Fund, 2014). No entanto, parecem existir evidências de que a idade é um fator de risco com impacto diferente em rapazes e raparigas (Putnam, 2003), sendo as raparigas mais vulneráveis quando são mais velhas, com uma média de idades de 10,6 anos, e os rapazes quando são mais novos, com uma média de idades de 8,6 anos (Black et al., 2001; Finkelhor, 1993). Outros fatores como, por exemplo, a deficiência física (e.g., cegueira, surdez, atraso mental), tornam as crianças mais vulneráveis, devido a uma maior dependência, necessidade de cuidado e dificuldades de comunicação (Westcott & Jones, 1999).

Existem, ainda, diversos fatores associados ao contexto familiar, como a ausência de um ou ambos os pais (Finkelhor, 1993); doença física e/ou mental ou ausências prolongadas da mãe; conflitos conjugais; abuso de substâncias por parte dos pais (Nelson, Heath, & Madden, 2002), nomeadamente alcoolismo (Flores & Caminha, 1994); isolamento social da família, práticas parentais punitivas (Nelson et al., 2002); separação ou divórcio; história criminal familiar; e negligência emocional e física (Dong, Anda, Dube, Giles, & Felitti, 2003). Estes fatores familiares têm ainda influência em características que tornam as crianças mais vulneráveis ao abuso, como serem facilmente manipuláveis e exibindo necessidades de afeto e atenção que não são satisfeitas na família (Loiselle & Friedman, 2003), e que levam a que a criança aceite carinho e atenção de um abusador (Rogers, Josey, & Davies, 2007). Também as crianças socialmente isoladas, com poucos amigos íntimos, são mais vulneráveis (Fleming, Mullen, & Bammer, 1997; Flores & Caminha, 1994), o que se relaciona com uma rede de suporte social mais frágil (Craven, Brown, & Gilchrist, 2006).

### **Características Associadas aos Abusadores**

Tal como não existe um perfil definido de vítima, também não existe um perfil de abusador. No entanto, a literatura tem procurado identificar características comuns aos agressores (Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse, 2014).

No que diz respeito às características da família, tem sido bastante estudada a relação entre a vivência de maus tratos na infância e uma vinculação insegura entre pais e filhos, concluindo-se que uma relação de vinculação insatisfatória potencia as consequências dos

maus tratos na vida adulta, o que pode, conseqüentemente, conduzir à agressão sexual (Dudeck, Spitzer, Stopsack, Freyberger, & Barnow, 2007), o que pode ser explicado pelo facto de, ao experienciar situações abusivas, aumentar a vulnerabilidade da criança, diminuir a capacidade de empatia e dificultar o estabelecimento de relações de intimidade (Simons, Wurtele, & Durham, 2008). Ou seja, o facto de os abusadores não terem estabelecido uma relação de vinculação segura na infância parece afetar o seu desenvolvimento ao nível das competências sociais e autoestima, indispensáveis no estabelecimento de relações de intimidade (Aguilhas & Anciães, 2013).

Neste contexto assume especial relevância a compreensão das distorções cognitivas, e o papel que podem desempenhar na agressão sexual (Ward & Siegert, 2002). As distorções cognitivas são processos internos, como perceções e justificações a que os abusadores recorrem para legitimar os seus comportamentos sexualmente abusivos para com as crianças (Ward & Cassey, 2010). Num estudo realizado com abusadores sexuais, em que foram avaliadas as suas verbalizações após o abuso, observaram-se sete categorias de distorções cognitivas, nomeadamente, acreditarem que: (1) as crianças, como não recusam, estão dispostas a ter uma relação sexual; (2) estão a educar as crianças ao manter relações sexuais com elas; (3) as crianças gostam, porque se não gostassem revelavam; (4) no futuro, as relações sexuais com crianças serão aceites; (5) não havendo penetração não há prejuízo para as crianças; (6) as crianças querem experimentar relações sexuais para tirarem dúvidas, e (7) ter relações sexuais com uma criança fortalece os laços afetivos com a mesma (Gannon, Ward, & Collie, 2007).

Outra característica que tem vindo a ser estudada nos abusadores sexuais é a empatia, que inibe a exibição de comportamentos que prejudiquem os outros e, por isso, está inversamente relacionada com a agressão (Jolliffe & Farrington, 2004). Segundo Davis (1980), a empatia é resultado de um conjunto de quatro constructos: capacidade de colocar-se na perspetiva do outro, vivenciar os seus estados emocionais, sentir preocupação e não se focar em experiências pessoais enquanto vivencia os estados emocionais negativos de outros. A literatura sugere que a empatia pode ser específica em relação a uma determinada situação ou pessoa, não sendo um traço estável da personalidade (Hunter, Figueiredo, Becker, & Malamuth, 2007). Assim, os abusadores sexuais podem demonstrar défices empáticos em relação às crianças vítimas de abuso sexual, mas exibir respostas empáticas adequadas em relação a outras situações (Blake & Gannon, 2008). Parece ainda existir uma relação entre a empatia e défice ao nível das competências sociais, autoestima e distorções cognitivas (Covell & Scalora, 2002).

## **Indicadores Associados à Detecção de Abuso Sexual**

A detecção de uma situação de abuso sexual pode ocorrer na sequência de um processo de revelação por parte da criança, porque alguém presencia o abuso ou, ainda, porque alguém suspeita de uma situação abusiva. Frequentemente, esta suspeita baseia-se em determinados sinais e/ou sintomas exibidos pela criança ou adolescente (Darkness to Light, 2013), ou seja, é necessário que os adultos que mantêm uma relação de proximidade com a criança estejam atentos e saibam identificar determinados indicadores, físicos, emocionais, comportamentais, sociais, e/ou sexuais.

Relativamente aos indicadores físicos, a literatura refere, acima de tudo, hematomas, arranhões ou lesões na parte interior das coxas, genitais ou peito, dificuldades em andar ou sentar-se, comichão anal ou genital, dor ou sangramento anal ou vaginal, gravidez precoce, aparecimento de doenças sexualmente transmissíveis, vômitos e/ou dores de barriga frequentes e sem razão aparente, comportamentos de automutilação (Cage & Salus, 2010) e infecções urinárias recorrentes (Darkness to Light, 2013). Relativamente aos indicadores comportamentais, têm sido descritos o secretismo excessivo, conhecimentos sexuais desadequados para a idade da criança, extrema submissão; alterações nos padrões de sono; choro sem razão aparente; comportamentos regressivos (como, por exemplo, enurese noturna), ideação ou tentativas de suicídio, tentativas de fuga de casa (Cage & Salus, 2010), mudanças repentinas ou inexplicáveis de humor; medo de determinados locais ou de estar sozinho com um determinado adulto, resistência em tomar banho, ir à casa de banho ou despir-se em situações apropriadas; jogar, desenhar ou sonhar com imagens sexuais ou assustadoras; recusar-se a falar de um segredo que tenha com um adulto ou outra criança; usar um vocabulário adultizado para nomear determinadas partes do corpo; representar atividades sexuais recorrendo a brinquedos, objetos ou pessoas (Stop it now!, 2010); agitação e dificuldade de concentração; alterações significativas e abruptas no rendimento escolar (Darkness to Light, 2013).

Importa ressaltar que a presença destes indicadores não significa, necessariamente, que a criança tenha sido vítima de uma situação sexualmente abusiva. Estes sinais e/ou sintomas podem indicar a presença de uma situação de risco, à qual os adultos devem estar atentos no sentido de perceber a situação e identificar estratégias de atuação.

## **Consequências do Abuso Sexual para as Vítimas**

São várias as consequências que podem advir de uma situação de abuso sexual, que parecem variar em função de alguns fatores associados à vítima e ao abusador (Putnam,

2003): as consequências parecem ser mais graves quanto mais nova é a criança, quanto mais prolongada e violenta for a situação de abuso, quanto maior for a diferença de idades entre vítima e abusador e quanto maior for a proximidade entre ambos. Ainda, a ausência de suporte social (por parte dos pais/cuidadores ou outros significativos) e o grau de segredo e as ameaças contra a criança (Knutson, 1995) parecem ser importantes aquando da análise das consequências para a vítima.

No que diz respeito à relação de proximidade e intimidade entre a vítima e o abusador, o abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar apresentam diferenças relativamente à gravidade, ao recurso a violência física e verbal, ao género e à idade das vítimas, bem como às consequências associadas. No que concerne à gravidade, a literatura sugere que o abuso intrafamiliar tende a prolongar-se mais no tempo, a apresentar maior frequência e a envolver comportamentos de natureza mais intrusiva (Fisher & McDonald, 1998). O facto de o abuso sexual ocorrer no seio familiar facilita a existência de uma escalada de comportamentos, progressivamente mais graves, também como forma de dessensibilizar a criança aos toques, que assumem, de forma gradual, uma natureza mais sexual (Fisher & McDonald, 1998). No que diz respeito às consequências, estas tendem a ser mais graves quando existe uma relação de proximidade afetiva entre a criança e o agressor (Trickett, Noll, Reiffman, & Putnam, 2001).

O suporte familiar e social parece ser um dos fatores que mais influencia o impacto para as vítimas, sendo que, quando a criança está inserida numa família que mantém relações positivas e um ambiente social de suporte, parece existir um menor risco de desenvolvimento de condições adversas após o abuso (Kinnally, Haverly, Burke, Galfalvy, & Brent, 2009). Também o facto de a criança sentir que é acreditada e que não é culpabilizada pelo abuso sexual tende a ser um fator amortecedor do impacto negativo (Tremblay, Hebert, & Piche, 1999).

Para além destes fatores, destaca-se, ainda, o bem-estar emocional da criança prévio ao abuso sexual, que tende a minimizar o impacto negativo desta vivência. Contrariamente, o impacto e severidade tendem a ser maiores se os comportamentos abusivos forem mais intrusivos (e.g., com penetração), se os adultos reagirem de uma forma negativa (e.g., não acreditar, culpabilizar a criança), se houver uma alteração na estrutura da família após a revelação (e.g., separação ou divórcio), se a família não tiver a capacidade de apoiar a criança adequadamente, se a criança se responsabilizar pela situação ou, ainda, se a criança tiver recebido recompensas do abusador, o que faz com que se sinta culpada por ter recebido algo em troca ou este negar o abuso (Wright & Scalora, 1996).

Em suma, o abuso sexual é uma experiência de vida muito complexa (Putnam, 2003) e o seu impacto varia em função das características da vítima e da situação (Hall & Hall, 2012).

No entanto, a literatura aponta inúmeras consequências que têm vindo a ser relacionadas com o abuso sexual de crianças e adolescentes e que podem encaixar-se em duas grandes categorias: perturbações psicológicas e comportamentos desadequados (Putnam, 2003). Relativamente às perturbações psicológicas, as mais comuns em crianças sexualmente abusadas são a depressão, a perturbação *borderline* da personalidade, o abuso de substâncias, a perturbação pós *stress* traumático, a perturbação dissociativa da identidade (Putnam, 2003), as perturbações alimentares, as perturbações de ansiedade (Hall & Hall, 2012) e o défice de atenção e hiperatividade (Amazarray e Koller, 1998). A depressão parece ser a perturbação mais comum a longo prazo nas vítimas de abuso (Hartman, Finn, & Leon, 1987), sendo três a cinco vezes mais comum em mulheres sexualmente abusadas em crianças do que em mulheres não abusadas sexualmente (Putnam, 2003). Os sintomas depressivos tendem também a ser mais graves em vítimas que mantinham uma relação prévia com o abusador (Trickett et al., 2001). Ratican (1992) destaca, de entre os vários sintomas depressivos, a tristeza, ideação suicida e os distúrbios de sono e alimentação.

No que diz respeito aos comportamentos desadequados, destacam-se os comportamentos sexualizados (Putnam, 2003), problemas sexuais e relacionais, comportamentos autodestrutivos (Hall & Hall, 2012) e violentos (Amazarray & Koller, 1998). Os comportamentos sexualizados são mais evidentes em crianças mais novas e abusadas quando eram mais novas (Putnam, 2003), e podem incluir brincadeiras sexualizadas com bonecos, introduzir objetos ou dedos no ânus ou na vagina, masturbação excessiva e/ou em público, comportamento sexualmente provocador e conhecimento sexual inapropriado para a idade (Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993). Os problemas sexuais derivados de uma situação sexualmente abusiva estão sobretudo relacionados com o sentir-se sujo e feio, insatisfeito com o corpo ou aparência, medo de ser diferente ou estranho e medo de intimidade (Ratican, 1992).

Relativamente aos problemas relacionais, estão fortemente associados a dificuldades em confiar, em estabelecer limites pessoais (Ratican, 1992), no facto de se sentirem inúteis e sem nada para oferecer aos outros (Long, Burnett, & Thomas, 2006) e na demonstração de menos comportamentos pró-sociais, uma vez que compartilham menos, associam-se menos e ajudam menos outras crianças (Flores & Caminha, 1994). Foi ainda encontrada uma relação entre o abuso sexual e os comportamentos autodestrutivos, como a ideação suicida e o uso de álcool e drogas (Browne & Finkelhor, 1986) e o comportamento violento, especialmente em

adolescentes do sexo masculino, incluindo uso de armas e envolvimento em lutas (Mullers & Dowling, 2008).

Além destas consequências, é ainda comum as vítimas de abuso sexual demonstrarem culpa, vergonha, autorresponsabilização, repressão e negação. Os sentimentos de culpa, vergonha e autorresponsabilização são muito comuns em crianças vítimas de abuso sexual e, principalmente quando o abusador é alguém em quem a criança confiava é difícil vê-lo negativamente e acreditar que o que aconteceu não foi culpa sua (Hall & Hall, 2012). A repressão e negação do abuso é um efeito a longo prazo muitas vezes observado e que inclui amnésia de partes da infância, negar os efeitos e os impactos e ter a convicção que o melhor é esquecer tudo o que aconteceu (Ratican, 1992).

Uma das variáveis que parece ter maior influência na expressão das consequências negativas do abuso é o gênero. Rapazes e raparigas têm estratégias de *coping* diferentes para lidar com uma situação sexualmente abusiva, sendo que as raparigas tendem a exibir mais comportamentos internalizantes como depressão e perturbações da alimentação e os rapazes comportamentos externalizantes como a delinquência, a agressividade ou o abuso de álcool ou drogas (Hornor, 2010).

Apesar da natureza e dinâmicas do abuso sexual e das relações sexuais abusivas serem frequentemente traumáticas (Maltz, 2002), nem todas as crianças ficam com sequelas psiquiátricas graves. Ao longo dos anos, investigações têm tentado entender a razão de algumas crianças exibirem inúmeros sintomas e outras serem assintomáticas e têm surgido várias hipóteses, como a criança assintomática ter sido “menos abusada”, ser mais resiliente ou ter estratégias de *coping* mais eficazes. No entanto, deve sempre colocar-se a hipótese do *sleeper effect*, que explica o facto de as crianças não demonstrarem sintomas após cessar o abuso mas virem a exibi-las mais tarde nas suas vidas (Putnam, 2003). Os impactos podem ser desde ligeiros a severos e manifestarem-se tanto a curto, médio ou longo prazo (American Psychological Association [APA], 2010), sendo que a maioria das crianças são moderadamente a severamente sintomáticas em algum momento das suas vidas (Putnam, 2003). Esta variedade na expressão de sintomas aponta para a extrema importância de se avaliarem os contextos de todas as vítimas, incluindo as assintomáticas para perceber como funciona a sua vida familiar e escolar no intuito de concluir se existe um bom suporte familiar e social a apoiar a criança (Putnam, 2003).

Quando é pensada uma intervenção junto de vítimas de abuso sexual deve ter se em conta a necessidade de prevenir futura vitimização, de clarificar e normalizar os sentimentos

associados e trabalhar com as pessoas próximas da criança para que se previna a revitimização e saibam como providenciar suporte adequado (Putnam, 2003).

## **Capítulo II - Prevenção do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**

A prevenção inclui uma variedade de atividades, definidas como intervenções que têm como objetivo diminuir o risco ou a ameaça. Existem três tipos de prevenção: primária ou universal, secundária ou seletiva e terciária ou indicada (Gordon, 1983).

A prevenção primária refere-se a um conjunto de estratégias que se aplicam à população em geral antes do aparecimento de um problema, pretendendo-se a redução da influência dos fatores de risco e o aumento dos fatores de proteção (Sánchez, Rodríguez, & Arnedillo, 2002). A prevenção secundária dirige-se a grupos de risco elevado para evitar que o problema continue e a prevenção terciária incide sobre vítimas do problema para prevenir a revitimização (Daro, 1994).

O objetivo da prevenção primária do abuso sexual de crianças e adolescentes, é fortalecer os fatores de proteção e superar fatores de risco que potenciem a violência sexual, através do aumento de conhecimentos e mudança de atitudes (Quadara & Wall, 2012). A abordagem baseada na redução do risco foca-se na educação das crianças acerca do abuso sexual e na transmissão de competências para saber identificar situações potencialmente abusivas e saber como lidar com as mesmas (Martyniuk & Dworkin, 2011).

### **Programas de Prevenção Primária do Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**

Os programas de prevenção primária do abuso sexual de crianças e adolescentes descritos na literatura apresentam três objetivos principais: ensinar as crianças a reconhecer situações abusivas, transmitir-lhes competências para evitar o abuso e encorajá-las a revelar o abuso que vivenciaram ou estão a vivenciar (Topping & Barron, 2009). Se a conceitualização da prevenção primária for mais abrangente, estes programas podem ajudar também os pais/cuidadores/profissionais a providenciarem informação precisa e apropriada ao nível de desenvolvimento das crianças e contribuir para a construção de uma relação de confiança, fundamental para um eventual processo de revelação (Martyniuk & Dworkin, 2011; Sánchez, 2001).

Na sua componente psicoeducativa, estes programas procuram ensinar às crianças alguns conceitos chave, como o conceito de partes privadas, diferentes tipos de toque (apropriados e inapropriados), bem como o processo de desenvolvimento sexual saudável. Procura-se ainda que as crianças compreendam que é possível que alguém que conheçam e de quem gostam

possa tentar magoá-las, e que devem confiar na sua intuição em relação às pessoas e às diversas situações.

Em relação ao treino de competências, procura-se que as crianças aprendam que têm o direito de decidir quem pode e não pode tocar no seu corpo e ainda que, numa situação em que alguém as toca contra a sua vontade ou de uma forma que as faz sentir desconfortáveis, devem dizer não ou tentar sair da situação, e contar a um adulto de confiança. É também essencial ensinar às crianças que não têm culpa das situações sexualmente abusivas, que se alguém as tocar de uma forma desconfortável não devem guardar segredo e devem sempre contar a um adulto de confiança. Sobre o processo de revelação, é fundamental que as crianças também aprendam que caso não sejam acreditadas, devem continuar a tentar contar a diferentes adultos de confiança, até que alguém acredite em si e assegure a sua proteção (Martyniuk & Dworkin, 2011).

Os programas de prevenção primária do abuso sexual de crianças e adolescentes recorrem também à utilização de estratégias diversificadas (Topping & Barron, 2009). Algumas delas envolvem as crianças como participantes ativos, quer a nível físico, verbal ou ambos, através de: treino de competências ou *role playings* providenciando um ambiente seguro e não ameaçador à criança no qual a criança pode treinar o reconhecimento de situações potencialmente abusivas e estratégias para lidar com as mesmas; modelagem e prática para reforçar a exibição de respostas adequadas; e discussão ativa entre a criança e o dinamizador (Martyniuk & Dworkin, 2011).

De acordo com a literatura, existe um conjunto de condições que parecem aumentar a eficácia dos programas de prevenção primária, nomeadamente, o envolvimento das crianças como participantes fisicamente ativos (Davis & Gidycz, 2000), a combinação de técnicas de modelagem, discussão de grupo e *role playings* (Topping & Barron, 2009), terem uma duração mais longa e envolverem múltiplas sessões (Davis & Gidycz, 2000). Destaca-se ainda a importância de incluir os pais nesses programas preventivos (Topping & Barron, 2009).

Os resultados dos programas de prevenção primária existentes remetem para um aumento de conhecimentos sobre o abuso sexual (Davis & Gidycz, 2000; Repucci & Herman, 1991) e de competências de autoproteção (Rispen, Aleman, & Goudena, 1997; Topping & Barron, 2009), e para a facilitação de um processo de revelação mais precoce de situações abusivas, o que previne futuros abusos e permite que a criança seja protegida (Gibson & Leitenberg, 2000). Observa-se ainda um aumento de sentimentos positivos acerca de si mesmas (Topping & Barron, 2009).

Conclui-se que, de uma forma geral estes programas de prevenção primária têm um impacto bastante positivo na vida das crianças que deles beneficiam. Não obstante, é importante reforçar conhecimentos e competências ao longo da infância, uma vez que o impacto dos programas tende a durar alguns meses, esbatendo-se ao longo do tempo, em particular com crianças mais novas (Topping & Barron, 2009).

Uma das questões que se coloca é a adaptação deste tipo de programas a crianças mais novas, por forma a estas compreendam o que se quer transmitir. Segundo Sarno e Wurtele (1997), para que os programas sejam adaptados ao nível de desenvolvimento das crianças mais novas, deve evitar-se a utilização de conceitos mais abstratos, a par de uma maior prática ao nível das competências. Os conceitos mais importantes devem também ser repetidos diversas vezes e o programa deve ser aplicado ao longo de vários momentos, permitindo o envolvimento ativo da criança.

Em Portugal, são escassos os programas de prevenção primária do abuso sexual de crianças e adolescentes, destacando-se apenas a versão adaptada da regra “Aqui ninguém toca” do Conselho da Europa, e a adaptação que tem vindo a ser realizada para português do “*Child Abuse Prevention*” (Maria & Ornelas, 2010). Noutros países, como o Canadá, Estados Unidos da América e Espanha, têm sido desenvolvidos diversos programas de prevenção primária do abuso sexual. De seguida, descrevem-se alguns destes programas, cuja avaliação remete para um maior impacto positivo.

### **Who do you tell?.**

Este programa foi desenvolvido em 1983 pela *Calgary Communities Against Sexual Abuse* e é destinado a crianças entre os seis e os 12 anos de idade. Aborda temas como o abuso sexual de crianças, os nomes corretos das partes privadas, assertividade, identificação de adultos de confiança e competências de auto proteção, recorrendo a histórias, músicas, vídeos e *role playings*. Tem a duração de duas sessões de 60 minutos cada (Martyniuk & Dworkin, 2011).

As avaliações realizadas após a aplicação do programa concluíram que houve um aumento de conhecimento geral sobre o abuso sexual e uma maior capacidade de distinguir toques adequados de inadequados (Tutty, 2000). As avaliações de *follow up* tiveram um impacto positivo no reforço dos conhecimentos adquiridos (Tutty, 1997) e demonstraram efeitos positivos nas crianças, incluindo falar com os pais sobre o programa e fazer perguntas sobre sexualidade. Apesar de residuais e subtis, foram também referidos alguns aspetos negativos,

como uma maior preocupação com o tema e dizerem mais vezes que não aos pais, em situações normativas do quotidiano (Tutty, 1997).

### **Child Abuse Prevention (CAP).**

Este programa foi desenvolvido pelo *National Assault Prevention Center* em 1985 e tem várias adaptações em diversos países, incluindo o ESCAPE, no Canadá, e uma versão a ser desenvolvida em Portugal (Maria & Ornelas, 2010). É dirigido a crianças entre os seis e os 12 anos de idade e inclui *workshops* para pais, educadores e crianças, em que são utilizadas técnicas como discussão de grupo orientada e *role playings*. É ensinado às crianças a diferença entre situações normativas e situações potencialmente perigosas e como responder a essas situações (Cooper, 1995).

Hebert, Lavoie, Piche e Poitras (2001) realizaram um estudo com uma amostra de 133 crianças que, quando comparadas com um grupo de controlo, demonstraram diferenças significativas ao nível dos conhecimentos e competências de prevenção primária. Os conhecimentos mantiveram-se após dois meses e embora as competências tenham relevado um ligeiro decréscimo, continuaram a ser superiores ao que eram antes da participação no programa.

### **Child Abuse Prevention Program (CAPP).**

Desenvolvido pelo *Community College of Baltimore County* (1986), dirige-se a crianças entre os três e os seis anos de idade e recorre a cinco histórias para abordar os seguintes temas: toques, partes privadas, recompensas, contar a alguém e relembrar as regras, recorrendo a discussões de grupo e *role playings* (Maria & Ornelas, 2010). Os estudos realizados revelam um aumento de conhecimentos e competências mais acentuado aos seis anos e menos aos três (Nomerofsky, Carran, & Rosenberg, 1994).

### **Body Safety Training.**

O "*Body Safety Training*" (Wurtele, 1986) é indicado para criança entre os três e os sete anos de idade e aborda os temas da identificação de partes privadas, toques seguros e não seguros e revelação do abuso, recorrendo a técnicas como a modelagem, *role playings*, reforço e *feedback*, ao longo de 10 sessões (Martyniuk & Dworkin, 2011). As avaliações de impacto efetuadas permitem concluir um aumento de conhecimento sobre abuso sexual (Currier & Wurtele, 1996; Wurtele & Owens, 1997), um aumento de consciência de que o abuso nunca é culpa da criança (Sarno & Wurtele, 1997; Wurtele & Owens, 1997), um maior

conhecimento sobre competências de autoproteção, e ainda uma maior probabilidade de revelar a um adulto (Currier & Wurtele, 1996; Wurtele & Owens, 1997). Adicionalmente, não se verificaram efeitos negativos nas atitudes das crianças sobre sexualidade normal e toques adequados (Currier & Wurtele, 1996; Sarno & Wurtele, 1997) e percebeu-se que os conhecimentos e competências se mantiveram quando as crianças foram avaliadas um ano depois (Hensley & Soled, 1993).

### **Red Flag, Green Flag People.**

Foi desenvolvido em 1986 pelo *Rape and Abuse Crisis Center* e tem três versões: “*T is for touching*”, para crianças de idade pré-escolar; “*Red Flag, Green Flag*”, para crianças do primeiro e segundo ano de escolaridade; e “*Red Flag, Green Flag II*”, para crianças do terceiro e quarto ano de escolaridade. Tem como principal missão ajudar as crianças a reconhecerem abusos cometidos por pessoas conhecidas.

Os temas abordados são o reconhecimento de situações potencialmente abusivas, como responder assertivamente a essas situações e a noção de que devem contar a adultos de confiança até que alguém as oiça e proteja (Maria & Ornelas, 2010).

Este programa envolve a utilização de vídeos, discussão orientada e *role playings*. A avaliação demonstrou que as crianças revelavam mais conhecimentos, competências e respostas preventivas adequadas (Kolko, Moser, & Hughes, 1989).

### **Feeling Yes, Feeling No.**

O programa “*Feeling Yes, Feeling No*” (Hazzard, Webb, Kleemeier, Angent, & Pohl, 1991) tem como população alvo crianças com idades compreendidas entre os seis e os 12 anos e recorre a vídeos, discussões de grupo e *role playings* para ensinar as respostas adequadas ao ser tocado, a procurar ajuda em situação de abuso, a auto proteger-se, a saber nomear corretamente os genitais e a ser auto confiante. Este programa desenvolve-se ao longo de 15 a 18 horas, em contexto de sala de aula (Martyniuk & Dworkin, 2011). As crianças que beneficiaram deste programa demonstraram um aumento geral de conhecimentos sobre abuso sexual, conseguiram identificar duas das três ações preventivas (dizer não, ir embora e contar a um adulto) e foram mais capazes de distinguir situações normativas de situações potencialmente abusivas (Hazzard et al., 1991; Hazzard, 1993). Não se verificaram efeitos negativos nas crianças, que relataram sentir-se mais seguras e menos preocupadas após a aplicação do programa (Hazzard, 1993), sendo que após um ano, os conhecimentos acerca de abuso sexual aumentaram em relação ao pré-teste (Hazzard et al., 1991).

### **Stop it now!.**

Este programa foi desenvolvido por uma vítima de abuso sexual enquanto criança, Fran Henry (1992) e tem como principal missão mobilizar os adultos, as famílias e a comunidade em geral para agirem no sentido de prevenirem que algo aconteça às crianças. Envolve uma intervenção comunitária de educação pública através de campanhas e *marketing* e defende que se deve providenciar informação correta sobre os abusos sexuais, melhorar os serviços de apoio a crianças vítimas de abusos sexuais, possibilitar serviços especializados para os abusadores, providenciar educação sexual adaptada às idades das crianças e investigar quais os comportamentos das crianças que as tornam mais vulneráveis (Maria & Ornelas, 2010).

### **Talking About Touch.**

O “*Talking About Touch*” (Committee for Children of Seattle, 1996) é dirigido a crianças entre os quatro e os oito anos de idade e abrange os seguintes temas: regras para manter as crianças seguras, assertividade e toques adequados e inadequados. Recorre ao uso de cartões com fotografias, *posters*, vídeos, livros de histórias e músicas, ao longo de 15 sessões com uma duração entre 15 e 30 minutos (Martyniuk & Dworkin, 2011).

As avaliações de impacto efetuadas permitem concluir um aumento de conhecimentos acerca do abuso sexual e sobre competências de autoproteção (Jacobs, Hashima, & Kenning, 1995; Sylvester, 1997), bem como uma maior capacidade de distinguir entre situações seguras e não seguras e que não há quaisquer efeitos negativos para as crianças (Jacobs et al., 1995). Os conhecimentos e competências treinadas mantiveram-se após dois meses da participação no programa (Jacobs et al., 1995).

### **Coletas y Verdi.**

O “*Coletas y Verdi*” (Rodríguez & Cruz, 2013) é um dos jogos mais recentes, pensado para técnicos que trabalham na prevenção primária, deteção e tratamento do abuso sexual de crianças.

Relativamente à prevenção, tem como principal objetivo ensinar às crianças, entre os seis e os 12 anos de idade, estratégias para se protegerem de um possível abuso, como pedir ajuda, quais os toques adequados e desadequados, identificar os segredos que devem ou não ser guardados, quais os seus direitos, respeitar os outros e a identificar as diferentes expressões de amor e afeto.

É constituído por um tabuleiro de jogo e um conjunto de cartas com diferentes temas que indicam quais as atividades que as crianças têm de realizar, e que permitem acumular pontos ao longo do jogo.

Apesar de ainda não estarem publicados estudos que avaliem o impacto deste jogo, em 2012, foi vencedor do prémio Tea, que destaca trabalhos de investigação que resultem em instrumentos de intervenção de qualidade que sejam criativos, úteis e adequados ao contexto social.

### **Balanco dos Programas Existentes**

De forma geral, a investigação tem verificado que os programas de prevenção primária do abuso sexual de crianças e adolescentes têm impacto: na ampliação dos conhecimentos das crianças, embora este seja mais expressivo em crianças mais velhas do que nas mais novas; no desenvolvimento de competências, especialmente para distinguir os diferentes tipos de toque; e na intimidação dos potenciais abusadores, uma vez que crianças e adultos mais informados e alerta intimidam comportamentos de potenciais abusadores.

Um estudo realizado em 2000 (MacIntyre & Carr) concluiu que os diferentes programas de prevenção primária do abuso sexual existentes partilham um conjunto conhecimentos que se devem transmitir às crianças, nomeadamente que: o corpo é seu e têm direito de escolher quem lhes pode tocar; determinados toques são bons e aceitáveis e outros são maus e não devem aceitar; devem confiar na sua intuição para distinguir o que é correto ou não; devem dizer não quando a situação lhes for desconfortável; e contar a um adulto de confiança assim que alguém as tocar de uma forma que as faz sentir mal.

No que concerne aos programas acima citados, na sua generalidade, seguem as orientações da literatura relativamente aos temas e competências a serem ensinados às crianças e estratégias utilizadas para tal. No entanto, apenas o CAP e o *Body Safety Training* são mais abrangentes no sentido de envolverem pais e professores na prevenção deste fenómeno, o que é essencial para uma prevenção eficaz, englobando estratégias multidisciplinares em que os adultos tomem responsabilidade e ação na prevenção (Martyniuk & Dworkin, 2011). Contudo, para que isso aconteça é necessário que os adultos estejam informados, o que segundo os resultados de um estudo de Sánchez (2001) não acontece, já que estes possuem pouca informação e crenças erradas sobre o tema. Nomeadamente, cerca de metade dos pais e professores inquiridos acreditam que muitas crianças inventam histórias de abuso sexual, cerca de 85% acham que os efeitos do abuso sexual são sempre muito graves, 85% dos pais e 46% dos professores têm a crença de que se o seu filho fosse abusado seguramente dariam

conta, a totalidade dos pais e 46% dos professores pensa que os familiares denunciam sempre um abuso sexual, 76% dos pais e 31% dos professores consideram que a maioria das crianças que sofre abusos conta, metade dos pais e 65% dos professores acreditam que muitas crianças inventam histórias de abuso para se vingarem dos adultos e 91% dos pais e 96% dos professores pensam que as vítimas, mesmo depois de tratamento ficam com sequelas para toda a vida (Sánchez, 2001). Estas falsas crenças têm impacto nos conhecimentos que transmitem aos seus filhos e alunos, nas medidas de prevenção que acabam por não tomar e nas suas atitudes e comportamentos perante situações abusivas.

O mesmo estudo mostrou que as indicações da literatura acerca dos conteúdos a abordar nos programas de prevenção vão ao encontro de esclarecer falsas crenças que as crianças possuem, já que, 58% das crianças avaliadas pensa que os segredos devem guardar-se sempre. O segredo é uma das principais estratégias utilizadas pelos abusadores, que começam por testar a criança com segredos não ameaçadores, como oferecer doces e aumentam gradualmente o nível de ameaça, chegando mesmo a ameaçar fazer mal à criança e à sua família (Craven et al., 2006). É de extrema importância ensinar às crianças que existem segredos bons, que não se devem contar e segredos maus, que devem contar a alguém de confiança porque são os que as fazem sentir mal, incomodadas, tristes ou assustadas (Budin & Johnson, 1989).

Ainda relativamente ao mesmo estudo, 27% das crianças acha que não está bem dizer não a um adulto, mesmo quando este lhe pede que faça algo mau, cerca de um terço considera que não é correto dizer não e ir-se embora quando alguém o toca de uma forma que não gosta, 42% acha que as pessoas que abusam de crianças são sempre desconhecidas e 73% considera que os amigos e familiares nunca o fariam, 28% têm a crença que devem deixar que os adultos lhes toquem gostem ou não, 45% acredita que pela aparência de uma pessoa sabemos se ela nos pode fazer mal, cerca de 50% acha que se alguém o acaricia e pede para guardar segredo o deve fazer, um terço acredita que se conta um problema a um adulto mas ele não acredita deve esquecer o assunto, 43% considera que se lhe acontecer algo que o assusta ou envergonha o melhor é escondê-lo e cerca de metade das crianças pensa que se um adulto lhe pedir para guardar um segredo deve sempre fazê-lo (Sánchez, 2001).

Estes resultados enfatizam a necessidade de trabalhar a prevenção do abuso sexual com as crianças e os adultos, transmitindo-lhes informação correta que aumente o seu conhecimento e desmistifique as falsas crenças que possuem e que os ensine a lidar com possíveis revelações, para que prestem ajuda adequada às crianças e que contribua para a redução dos efeitos negativos do abuso sexual.

### **Capítulo III - As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos**

Seguindo o pressuposto de que um programa de prevenção do abuso sexual eficaz passa não só por educar as crianças, como também os adultos à sua volta (Martyniuk & Dworkin, 2011; Sánchez, 2001; Topping & Barron, 2009), os conteúdos e estratégias apontados pela literatura (Martyniuk & Dworkin, 2011) e a escassez de programas de prevenção em Portugal (Maria & Ornelas, 2010), desenvolveu-se um jogo de prevenção primária do abuso sexual de crianças entre os seis e os 10 anos, este visa aumentar conhecimentos sobre o tema, bem como promover o desenvolvimento de competências para saber como identificar e gerir adequadamente este tipo de situações. Simultaneamente, pretende-se capacitar, não apenas as crianças, mas também os adultos que podem assumir diversos papéis na sua vida, para lidar com esta problemática, sabendo identificar e agir adequadamente perante a mesma. Trata-se de um jogo que pode ser utilizado por pais/cuidadores, profissionais de áreas diversas (e.g., educação, psicologia, intervenção social) ou outros adultos significativos para a criança.

De acordo com a revisão de literatura aqui apresentada (e.g., Maria & Ornelas, 2010; Martyniuk & Dworkin, 2011; Sánchez, 2001), os objetivos específicos do jogo englobam: aprender a identificar contactos físicos adequados e inadequados, aprender a identificar segredos que devem ser guardados e segredos que devem contar-se, saber que se pode dizer não a um adulto quando nos pede para fazer algo que não queremos ou nos faz sentir desconfortáveis, aprender a identificar diferentes emoções e formas de as expressar, conhecer os perigos que podem estar associados à utilização da Internet e aprender a navegar em segurança, e saber pedir ajuda a um adulto.

A transmissão destes conhecimentos e promoção das diversas competências através de um jogo relaciona-se com a necessidade apontada na literatura de desenvolver atividades lúdicas, em que as crianças sejam participantes ativos física e verbalmente (Martyniuk & Dworkin, 2011; Sarno & Wurtele, 1997) e que possam ser sentidas pelas crianças como mais apelativas, potenciando, desta forma, a sua motivação. Por outro lado, sendo um jogo com diversas etapas e atividades permite, ainda, que possa ser repetido ao longo do tempo, facilitando a consolidação dos conhecimentos, que segundo Topping e Barron (2009), é imprescindível para que a prevenção seja eficaz.

Em termos de materiais (Anexo A), trata-se de um jogo de tabuleiro, com diversas casas que aludem ao tema geral do mar e no qual duas personagens principais, a Coral e o Búzio, acompanharão a criança ao longo do mesmo. O jogo apresenta um conjunto de 84 “Atividades”, que visam trabalhar seis temas que a investigação aponta como sendo os mais

relevantes a ensinar às crianças para a prevenção deste fenómeno (Maria & Ornelas, 2010; Martyniuk & Dworkin, 2011; Sánchez, 2001): 1) “Corpo/Toques”; 2) “Emoções”; 3) “Dizer Sim/Dizer Não!”; 4) “Segredos”; 5) “Internet” e 6) “Pedir Ajuda”. Cada um destes temas engloba dois níveis de “Atividades”: atividades de nível I, mais simples, dirigidas a crianças que jogam pela primeira vez o jogo, e atividades de nível II, mais complexas, a realizar apenas depois de a criança ter completado duas atividades de nível I em cada tema.

As “Atividades” estão organizadas em diferentes categorias: Pintar/Desenhar e Mímica, que seguem a indicação da promoção do envolvimento ativo da criança a nível físico (Davis & Gidycz, 2000) e Contar e Identificar, que vão ao encontro do pressuposto de que se deve promover a discussão ativa orientada entre as crianças e adultos (Topping & Barron, 2009). Desta forma, obtém-se um conjunto de “Atividades”, complementadas com alguns materiais de apoio, como o “Dado de Emoções”, o “dado numérico”, “Cartões Mapa do Tesouro”, “Cartas de Emoções”, “Cartas de Expressões”, “Cartas de Segredos” e “Cartas de Situações”, que foram desenvolvidos com o apoio de inspetores da Polícia Judiciária e de uma técnica do Instituto Nacional de Medicinal Legal e Ciências Forenses para que se aproximassem de situações reais.

Ao longo do jogo, por cada atividade realizada com sucesso, a criança vai ganhando pequenas “pedras preciosas” para ir colecionando no seu “baú do tesouro”. Esta componente do jogo tem por base a importância do reforço nos programas preventivos (Martyniuk & Dworkin, 2011)

A existência de diversas atividades por tema, advém, não só da necessidade do jogo ser repetido ao longo da infância para consolidar conhecimentos e competências nas crianças (Topping & Barron, 2009), como também do facto de se tratar de um jogo para crianças mais novas, para as quais os programas de prevenção, para serem eficazes, têm de permitir dar várias oportunidades à criança para treinar a mesma competência e repetir muitas vezes os conceitos mais importantes (Sarno & Wurtele, 1997).

Para além destes materiais, desenvolveu-se também um “Manual do Jogo”, a que se chamou “Bússola do Adulto”, que pretende transmitir conhecimentos sobre abuso sexual infantil aos adultos para ajudá-los a proteger as crianças de uma potencial situação abusiva, bem como ensiná-los a lidar com uma possível revelação, o que se tem demonstrado uma das maiores lacunas dos programas existentes e que parece ser imprescindível para uma prevenção eficaz (Martyniuk & Dworkin, 2011; Sánchez, 2001; Topping & Barron, 2009). Os principais objetivos deste guia são, então, facultar informação real e teoricamente fundamentada acerca desta temática, por forma a tornar os adultos mais informados e

conscienzializados sobre o que é o abuso sexual infantil, quem são as vítimas e os abusadores, que estratégias utilizam os abusadores para abordar as crianças, o que fazer perante uma suspeita de abuso sexual e a que entidades recorrer para obter ajuda. Pretende-se, assim, que os adultos possam atuar como agentes fundamentais na prevenção primária e deteção precoce do abuso sexual infantil (Martyniuk & Dworkin, 2011).

A presente dissertação tem como objetivo pré-testar os materiais acima referidos. Apesar de terem sido construídos tendo por base a literatura existente acerca do tema e os programas de prevenção já aplicados e testados com sucesso, considerou-se indispensável avaliar a opinião do público alvo do jogo: pais, técnicos e crianças. A opinião destes é de extrema importância para perceber a clareza da informação apresentada, a recetividade ao jogo e a adequabilidade aos seus potenciais utilizadores.

O processo de pré-teste teve por base os nove passos sugeridos pela literatura de estudos de mercado. Primeiro definiu-se qual o objetivo de testar os materiais; em segundo a definição do método através do qual ia ser feito, no caso as entrevistas individuais; depois planeou-se o pré-teste, pensando em quem poderiam ser os participantes e onde seria conduzido; de seguida desenvolveu-se o plano, que passou pela sistematização dos objetivos, participantes e local; seguidamente desenvolveu-se um guião que permitisse aferir a atratividade, a compreensão, a aceitação, a relevância e as sugestões de melhoria; passando depois para a condução do pré-teste em si, incluindo o consentimento informado e a gravação das entrevistas; depois fez-se a análise dos resultados e a respetiva interpretação e discussão; seguidamente sistematizaram-se os dados; e por fim procedeu-se à alteração dos materiais (Brown, Linderger, & Bryant, 2008; Escalada, 2007). Este processo de pré-teste, permitiu então aceder à reação do público-alvo aos materiais antes dos mesmos serem produzidos na sua forma final (Brown et al, 2008).



## **Capítulo IV - Método**

### **Participantes**

A amostra é de conveniência sendo constituída por técnicos com formação profissional e experiência relevante na área do abuso sexual de crianças e adolescentes, pais e mães, e crianças. Mais concretamente, foram entrevistados cinco técnicos, da área social, forense, da saúde, educação e justiça. Três do sexo feminino e dois do masculino. As idades variam entre os 37 e os 48 anos, sendo a média de idades de 41.4 anos (DP= 4.29). Todos possuem habilitações literárias iguais ou superiores ao grau de licenciatura.

Foram ainda entrevistados cinco pais de crianças entre os seis e os 10 anos de idade, sendo o principal critério de inclusão ter, pelo menos, um filho nessa faixa etária. Três são do sexo feminino e dois do sexo masculino, com idades compreendidas entre 39 e 43 anos, e com uma média de 41 anos de idade (DP=1.58). Relativamente às habilitações literárias, todos têm grau de licenciatura ou superior.

E por fim, foram ainda entrevistadas seis crianças, cinco do sexo feminino e uma do sexo masculino com idades entre os 6 e os 10 anos, com uma média de 8,5 anos (DP= 1.38), sendo a idade mínima seis e a máxima 10. Todas as crianças frequentam o 1º ciclo do ensino básico regular, sem que haja qualquer indicador de existência de défice cognitivo.

### **Instrumentos**

#### **Adultos.**

A recolha de dados junto dos adultos, pais e técnicos, foi realizada recorrendo a um guião de entrevista semiestruturado (Anexo B), construído para a presente investigação. O guião é composto por questões que visam avaliar a relevância do jogo, incluindo o tema, em si, a clareza da linguagem, a adequabilidade dos conteúdos aos destinatários e a identificação de sugestões de alteração ou melhoria. As perguntas eram abertas, dando a possibilidade aos participantes de explorarem aprofundadamente os diversos assuntos abordados (e.g., “Em termos gerais o que achou do jogo?”).

#### **Crianças.**

Para recolher os dados com as crianças, recorreu-se a um guião de entrevista aberto, desenvolvido para esta investigação (Anexo C), cujo objetivo principal era avaliar se as crianças compreendiam o que era pedido em cada atividade e se o vocabulário utilizado era adequado à sua faixa etária (e.g., “Percebeste o que é para fazer? Podes explicar-me por palavras tuas?”).

## **Procedimento**

### **Procedimento de recolha.**

Com o objetivo de realizar o pré-teste aos materiais que compõem o jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos”, contactaram-se técnicos e pais através de *email*. Foi dada uma explicação sobre o jogo e os seus objetivos, solicitando a sua participação no estudo em duas fases: análise de materiais e entrevista. Após confirmação, enviaram-se por *email* os documentos com os materiais do jogo, permitindo, deste modo, uma leitura prévia dos mesmos ao momento de entrevista. Solicitou-se a indicação de uma data para a realização da entrevista e um local que mais lhes fosse conveniente. Todas as entrevistas foram realizadas, ou nos locais de trabalho dos participantes, ou no domicílio, num ambiente calmo e sem distratores.

No dia da realização da entrevista foi lido o consentimento informado (Anexo D) a cada participante, e após a sua assinatura iniciou-se a entrevista.

Numa primeira fase, começou por reforçar-se os objetivos da entrevista, explicando que os dados recolhidos são anónimos e confidenciais. Saliu-se, ainda, a relevância das opiniões dos participantes, clarificando a não existência de respostas certas ou erradas. Após a aplicação do guião de entrevista, terminou-se a mesma, perguntando se gostariam de acrescentar mais alguma informação e agradecendo, mais uma vez, a sua participação. As entrevistas tiveram uma duração média de 60 minutos, foram gravadas em sistema áudio e posteriormente transcritas.

Relativamente às crianças, seguiu-se o mesmo procedimento inicial de abordagem dos pais e, após estes terem dado a sua autorização, marcou-se um dia e local para a realização da entrevista. Todas as entrevistas foram realizadas no domicílio das crianças, num ambiente tranquilo e sem elementos distratores. No dia da entrevista, começou por pedir-se a um dos pais que assinasse o consentimento informado (Anexo E), reforçando os objetivos da investigação, e garantido que os dados seriam tratados de uma forma anónima e confidencial. A todos os pais foi dada a oportunidade de estarem presentes durante a entrevista à criança, sendo que só uma das mães é que o fez. Após a assinatura do consentimento informado, deu-se início à entrevista com a criança, começando pela explicação dos objetivos, reforçando que a sua participação era muito importante e agradecendo a mesma. Explicou-se também que não tinham de se preocupar com o facto de a entrevista estar a ser gravada em áudio, na medida em que apenas ia ser ouvida pela própria investigadora. Destacou-se ainda o facto de não existirem respostas certas nem erradas. Após as primeiras duas entrevistas, concluiu-se que o

número de atividades era demasiado extenso e que os participantes começavam a demonstrar fadiga e desinteresse, o que poderia prejudicar o objetivo da investigação. Assim, optou-se por dividir as “Atividades” e as “Cartas de Situações” e “Cartas de Segredos” em quatro grupos, distribuídos aleatoriamente pelos restantes participantes. Desta forma, cada um dos restantes quatro participantes deu a sua opinião acerca de 21 atividades, três “Cartas de Situações” e duas ou três “Cartas de Segredos”, dado que o número de “Cartas de Segredos” não permitir que cada criança avaliasse o mesmo número.

O procedimento utilizado na entrevista com as crianças consistiu em ler em voz alta as atividades, uma a uma, com as crianças e, no final de cada uma, pedir para dizerem por palavras suas o que era pedido para fazer, e perguntar se conheciam todas as palavras e os seus significados. As duas entrevistas com todas as atividades tiveram uma duração média de 60 minutos e as restantes de 30 minutos. Todas as entrevistas foram gravadas em sistema áudio, com autorização prévia dos pais e das crianças e, posteriormente, transcritas.

### **Procedimento de análise.**

O método utilizado para analisar os dados provenientes das transcrições das 10 entrevistas a adultos (pais e técnicos), das seis entrevistas a crianças e dos comentários que alguns adultos optaram por fazer nos materiais foi a análise de conteúdo. Para tal, começou por fazer-se uma familiarização com os dados, da qual derivou a escolha do tema/ideia como unidade de registo, ou seja, as frases e palavras acerca de um determinado assunto (Bardin, 2009).

Relativamente ao processo de categorização dos dados provenientes dos adultos, existia uma categoria definida *à priori*, que deriva do guião e, conseqüentemente, dos objetivos da investigação, que é a categoria "Sugestões", onde se foram inserindo as unidades de registo que tinham como característica comum citações explícitas a aspetos a alterar no jogo. No entanto, nas dimensões (atitude geral em relação ao jogo, atitude geral em relação ao “Manual do Jogo”, atitude geral em relação às “Atividades” e atitude geral em relação aos “Cartões Mapa do Tesouro”), a maioria das categorias (cognições, afetos e comportamentos) e as subcategorias (relevância, interesse, flexibilidade, utilidade, adequação, apelativo, facilitador e lúdico, conteúdo, estrutura, clareza, número de jogadores, temáticas, diversidade e público alvo) e a sua organização foi definida *à posteriori*, o que significa que surgiu dos próprios dados. Obtiveram-se assim 376 unidades de registo, 115 pertencentes à dimensão atitude geral em relação ao jogo, 100 à atitude geral em relação ao “Manual do Jogo”, 127, à atitude geral em relação às “Atividades” e 34 à atitude geral em relação aos “Cartões Mapa do Tesouro”.

Os dados provenientes das crianças, foram categorizados *à priori*, uma vez que as perguntas do guião eram muito direcionadas. A categoria em que se inseriram as 69 unidades de registo foi a “Compreensão”, que inclui quatro subcategorias (conteúdo, terminologias, significado das palavras e materiais), com 43, 12, 9 e 5 unidades de registo, respetivamente. Não foram consideradas como unidades de registo os "sim" que as crianças disseram ao referirem que compreendiam a atividade ou conheciam todas as palavras.

O principal critério utilizado para a categorização das unidades de registo foi a exclusão mútua, ou seja, as unidades de registo apenas podem ser colocadas numa só categoria (Bardin, 2009).

## Capítulo V - Resultados

De seguida serão apresentados os resultados dos adultos (pais e técnicos) (Anexo F) que foram entrevistados, seguidos dos das crianças (Anexo G). Cada categoria será apresentada em itálico e as subcategorias serão sublinhadas. A descrição dos resultados será, ainda feita por materiais: “Jogo”, “Manual do Jogo”, “Atividades”, “Cartões Mapa do Tesouro”, no caso dos adultos.

### Resultados dos Adultos (pais e técnicos)

Apesar de alguns participantes (N= 2) terem referido que era um exercício de “profunda abstração” falar de um jogo sem ver os materiais de forma mais concreta, foi possível obter informação sobre da atitude geral dos técnicos e pais acerca do jogo.

#### Jogo.

De uma maneira geral, os pais e técnicos têm uma atitude positiva em relação ao “Jogo”, aparecendo associado a um conjunto de *afetos* positivos (“Desperta bons sentimentos” – T2), sobretudo nos técnicos (N=2). O “Jogo” é, ainda, percebido como tendo bastante relevância, quer por pais, quer pelos técnicos, devido ao tema que aborda (“Vai ao encontro do preenchimento de uma lacuna na sociedade portuguesa” – T2) e pelos conteúdos que pretende trabalhar (“Foca bem as principais temáticas associadas ao abuso” – T4). Um dos motivos mais referidos (UR= 10) para o “Jogo” ter relevância é a originalidade do mesmo, ou seja, o facto de não existir nenhum outro instrumento em Portugal que permita a técnicos e pais desenvolver atividades de prevenção primária do abuso sexual com as crianças (“Um dos primeiros jogos, ou mesmo o primeiro, a ser lançado no mercado a este nível” – T1; “Aqui em Portugal não há mais nada” – P5). Esta relevância foi referida tanto por pais (N= 3), como por técnicos (N= 3). Pode, ainda, afirmar-se que despertou o interesse dos participantes (“Muito interessante, não só para pais como para técnicos” – P5). Quer para pais, quer para os técnicos o “Jogo” parece, ainda, estar adequado à faixa etária a que se destina e ao objetivo que se propõe (“Cumpre os objetivos da prevenção e da educação de crianças e técnicos” – T3). Apenas um pai (P5) fez referência ao facto do contexto do mar poder ser mais apelativo para crianças mais novas, mas não para as mais velhas.

Das entrevistas emerge, ainda, de que se trata de um jogo apelativo, facilitador e lúdico, uma vez que permite a pais e técnicos quebrar algumas resistências das crianças e abordar o tema de uma forma mais apelativa (“Fazer chegar um assunto tão problemático como este de uma forma simples e pedagógica às crianças” – P4), sendo esta característica mais evidente

nas entrevistas com técnicos (N= 4) do que com pais (N=1). Relativamente aos técnicos (N=4), entenderam ainda o jogo como algo flexível que permite uma adaptação às crianças com quem se joga (“Permite que o jogo vá sendo jogado de acordo com a criança” – T3).

Em geral, parece existir uma intenção de aquisição do jogo por parte da maioria dos adultos (N=8, 4 técnicos e 4 pais) (“Se já estivesse pronto, seria a primeira pessoa a chegar à escola a jogar e a explicar aos meus colegas – T5”; “Sim, aliás vou estar atenta para assim que estiver pronto ir logo buscá-lo” – P2), sendo importante uma boa divulgação do jogo para o efeito, segundo uma das mães entrevistadas (“Como mãe se não tivesse nenhum contacto, provavelmente não compraria mas se fosse na escola que houvesse uma reunião em que explicassem o tema, comprava.” – P4).

No que a sugestões diz respeito, de uma entrevista com um pai (P1) emerge a *sugestão* de se deixar claro que este jogo não permite fazer um diagnóstico (“Deviam fazer o alerta de que este jogo não é um diagnóstico profissional” – P1). Foram também apresentadas *sugestões* para o jogo que, no caso dos técnicos (N= 2), envolveram o número de jogadores que devem participar (“Em caso de suspeita só deve ser jogado individualmente, se for só prevenção pode ser utilizado com pequenos grupos de quatro” – T5) e, no caso dos pais pela operacionalização do jogo, em que apenas um referiu um maior envolvimento do adulto (“Achava interessante que o adulto também participasse no jogo, também pode aprender jogando. A criança acha piada porque está em competição com o adulto e o adulto tem perguntas adequadas a ele, baseadas na informação do manual” – P5).

### **Manual do Jogo.**

No que ao “Manual do Jogo” diz respeito, uma das mães fez uma referência explícita ao facto do “Manual do Jogo” lhe ter despertado uma atitude positiva, expressa numa componente *afetiva* (“Gostei muito” – P2) Em geral, das entrevistas aos pais e técnicos (N= 7), surge como subtema principal a relevância do mesmo, estando esta associada aos seguintes aspetos: constituir-se como um guia orientador para os adultos (“Tem que haver este enquadramento” – P4); devido aos seus conteúdos teóricos (“Muito bem em termos teóricos” – T1); pela sua estrutura, bem sistematizada (“Muito bem estruturado para quem tem poucos ou nenhuns conhecimentos do tema” – T1); e pela clareza da informação apresentada (“Muito acessível para pais, mesmo para os que não têm conhecimentos na área como eu” – P4). No entanto, simultaneamente, há algumas questões que não apresentam tanta clareza para a maioria dos participantes (N= 7), nomeadamente nas instruções do jogo, no que diz respeito à passagem do nível I para o II (“Não está bem explicado quando se passa do

nível I para o nível II” – T1) e no objetivo do jogo (“Não percebi se as crianças ganham” – P5). Esta limitação surge associada, para dois dos participantes, ao facto de se estar a analisar o jogo em termos abstratos (“Não são claras, mas penso que é por não ter os materiais físicos” – P1; “Um pouco confuso mas talvez porque não tenho os materiais” – T3).

Os pais e técnicos deram ainda inúmeras *sugestões* (UR=43), que consideraram poder melhorar o “Manual do Jogo” ao nível do seu conteúdo. Uma das questões mais referidas, sobretudo por pais (N = 4) e por apenas um técnico remete para os contactos a quem recorrer no caso de uma suspeita de abuso (“No ponto 20 retirar o 112, colocar a PJ em primeiro, depois a PSP e GNR e por fim, a linha SOS Criança, que trabalha diretamente com a PJ e tem pessoas especializadas nestas situações. Retirar tudo o resto.” – T4; “Tirar as CPCJ das linhas de ajuda e colocar o Ministério Público” – P1), sendo, acima de tudo, referida a importância da Polícia Judiciária [PJ] estar como primeiro contacto, sugerindo-se a inclusão das urgências pediátricas do hospital da área de residência e o Ministério Público e a possibilidade de retirar as restantes linhas de apoio por não conhecerem a sua competência específica.

Alguns técnicos (N=3) fizeram ainda algumas *sugestões* de conteúdo (UR=4) relativamente a comportamentos que consideram normativos, como as crianças chegarem a uma idade em que necessitam de privacidade (“Explicar aos pais que quando as crianças chegam aos 8/9 anos começam a fechar-se e a querer a sua privacidade e que é importante que os pais deem esse espaço” – T3”) e os pais terem a *password* do *facebook* dos filhos (“Dizer aos pais que têm de ter a *password* do *facebook* dos filhos” – T4). Foi ainda feita a *sugestão*, por parte de alguns pais (N=3) de que deveriam utilizar-se termos menos elaborados no “Manual do Jogo” como, por exemplo, as palavras revitimização (“Voltar a ser vítima em vez de revitimização” – P5 e diática (“Substituir a palavra diática” – P1 e P4). Um dos pais (P5) considerou ainda importante explicar-se melhor a diferença entre segredo bom e segredo mau.

Houve também um conjunto de *sugestões* de conteúdo (UR=11) apresentadas por três dos técnicos, sendo no entanto a maioria apresentada por um deles (T3), que remete para informação a acrescentar, principalmente no sentido de dar mais exemplos para ilustrar situações apresentadas, como: [No ponto 17, alínea (f)] “acrescentar que vai ajudar a criança no que for preciso para que ela se sinta melhor” – T1; [No ponto 3, alínea (a)] “onde diz não tem capacidade, referir que essa falta de capacidade pode ser derivada de um défice cognitivo” – T3; [No 3, alínea (b)] “explicar melhor o que é uma relação de igualdade” – T3; [No ponto 7, alínea (c)] “falar mais especificamente da ameaça que está por trás do medo” – T3; [No ponto 8 (b)] “acrescentar nos exemplos doença mental e incapacidade” – T3; [No 12 (e)] “acrescentar: Vais para uma instituição!” – T3; “No 16, na frase da criança [eu não quero

sair com ela] acrescentar nas respostas adequadas: “Ela vai ficar tão triste.” – T3; “No 17, a seguir a tente que a criança não se aperceba destes sentimentos, acrescentar: optando por uma postura neutra” – T3; “Quando diz: procure um profissional devia dizer procure a PJ” – T4 e T3; [No 17 (g)] “acrescentar que a criança vai ficar protegida” – T3 e [No ponto 18 (c)] “acrescentar: Tu é que o provocaste” – T3. Dois técnicos deram ainda duas *sugestões* de informações a retirar: “Retirava a questão das crianças não contarem por terem dúvidas. Acho que não têm nem devem ter esta noção” – T4) e “Não me faz sentido que venham aqui os artigos da lei porque os técnicos conhecem a lei e não há necessidade dos pais conhecerem” – T1. Finalmente, numa entrevista a uma das mães, foi feita uma sugestão em termos de estrutura (“Separaria o manual teórico das instruções” – P2).

### **Atividades.**

Quanto às “Atividades” do jogo, existe, na generalidade, uma atitude positiva entre os participantes, associada à relevância das mesmas, que se espelha pela importância estas podem ter para pais (N=4) (“Faziam muito sentido” – P2) e para técnicos (N=3) (“Aqui está o essencial” – T5). Alguns técnicos (N=2) salientam o papel preventivo das atividades (“É aquilo que se quer trabalhar em prevenção” – T5). Relativamente às temáticas abordadas, alguns participantes (N=4), dos quais dois são técnicos, referem que são importantes e foram bem escolhidas (“São os temas mais importantes a abordar” – T5; “Temas foram bem escolhidos” – P4), havendo ainda um dos técnicos (T4), que enfatiza a proximidade do jogo com a realidade (“Relembra-nos infelizmente muitas situações que vivemos no dia-a-dia” – T4).

O tema da “Internet” foi o único que gerou opiniões díspares: um técnico e um conjunto de pais (N= 3) consideram ser um tema diferente dos outros (“A internet pareceu-me um bocadinho metido de fora” – P1) e demasiado complexo para as crianças mais novas (“Redes sociais e perfil privado as crianças não sabem o que é isto” – T1). No entanto, não significa que não concordem que o tema da “Internet” seja importante (“É importante mas está à parte dos outros” – P1), e dão *sugestões* de forma a poder ser um tema que poderia ser opcional (“Internet devia ser uma questão opcional” – T1) ou não ter tanto destaque, estando diluído nos outros temas (“Não encaixa bem nos temas, podia estar diluído nos restantes” – P2). No entanto, outros pais (N= 2) e técnicos (N= 3) consideram ser indispensável o tema da “Internet” estar presente como um tema independente (“A internet deve ter um tema só para ela porque os pais ainda não compreendem o impacto negativo que pode ter” – T3; “A internet é muito importante” – P3).

É ainda de referir que apenas uma mãe considerou que, apesar das temáticas serem muito relevantes, existem algumas atividades difíceis de comunicar ("Algumas são difíceis de comunicar e são muito explícitas" – P4), pelo medo de que possam ser demasiado alarmistas para as crianças, embora não dê exemplos concretos de atividades.

A adequação das atividades à faixa etária das crianças foi também referida, principalmente pelos técnicos (N=2) e por um dos pais ("Parece-me as atividades acertadas para a faixa etária" – T4). Apesar desta adequação, há um pai e um técnico (N= 2), que fazem a sugestão de o nível de dificuldade I ser para crianças dos 6 aos 8 anos e o nível II para crianças com idades compreendidas entre os 8 e os 10 anos. No entanto, a maioria (N= 8) considera que os níveis devem estar associados a uma evolução no jogo e não à idade cronológica da criança ("Faz sentido que hajam dois níveis para haver uma progressão" – P4), tal como proposto pelas autoras.

Outra questão que contribui para a atitude geral positiva de todos os entrevistados em relação às “Atividades” remete para a diversidade de categorias (pintar/desenhar, mímica, identificar e contar) que, na sua opinião de pais e técnicos contribui para tornar o jogo mais diversificado ([a existência de categorias] É bom para diversificar" – T3), aumentando o interesse das crianças pelo jogo ([a existência de categorias] "É um bom método para ser mais apelativo para as crianças” – P2). Alguns pais (N=2) e alguns técnicos (N=2) reforçam ainda a ideia de que é essencial que haja esta diversidade porque as crianças nesta faixa etária necessitam de estar constantemente a fazer coisas diferentes (“As categorias achei muito bem, só pode ser assim. As crianças cansam-se muito das tarefas. Tem de haver mudança constante” – T5; “Só uma categoria era uma seca e podia não agradar a todos os meninos” – P2).

No que concerne à clareza da linguagem utilizada nas atividades, é consensual entre pais e técnicos (N=10) que está clara e acessível ("Fáceis de perceber" – T3; "Claramente acessível a todos" – P2), havendo um pai que evidencia o papel que o adulto pode ter enquanto facilitador neste processo de compreensão ("Havendo sempre um adulto para orientar, a linguagem não é problema" – P5). As atividades despertaram ainda uma atitude positiva expressa em termos de uma componente *afetiva* num pai ("Gostei" – P4).

Para além das *sugestões* de conteúdo acima referida, foram ainda feitas outras *sugestões* de conteúdo, nomeadamente de tópicos a acrescentar ou retirar, como: "O escuteiro [colocar aqui para que atividade remete] pode levantar problemas" – P1 e T2; “Acrescentar uma situação em que fossem feitas ameaças à família” – T1; “Falta oferecer dinheiro ou a chantagem pela moda” – P2 e “No tema da internet era importante explicarem às crianças que muitas vezes

alguém lhes diz que tem uma foto delas e que vai espalhar e contar aos pais se não mandarem mais, mas na verdade podem não ter e mesmo se tiverem não devem mandar mais" – T4.

Das entrevistas emergiram, também, sugestões de tópicos a alterar, na “carta de situações”, que refere a oferta de gomas, que na opinião de um técnico (T1) não é suficientemente esclarecedora para que as crianças compreendam, no “Dado de Emoções” (“Eu colocaria vergonha e culpa em vez de surpresa e zanga” - T1; “Devia estar o nojo no dado” – P4), nas “Cartas de Emoções” e “Cartas de Expressões” (“Punha alegria em vez de felicidade” – T2 e P1). Foram também feitas *sugestões* em relação ao conteúdo das atividades: “Tema 2, mímica II, o Búzio não devia estar muito zangado porque a Coral lhe escondeu um segredo, porque dá a ideia de que se a criança esconder um segredo dos pais, eles vão ficar muito zangados” – P2 e “Tema 6, pintar II, colocar: “e se essas pessoas não te conseguirem ajudar”, em vez de “e se essas pessoas não acreditarem em ti” – T1.

As *sugestões* acima referidas foram feitas tanto por pais (UR=15) como técnicos (UR=9), sendo os pais quem mais *sugestões* fizeram.

### **Cartões Mapa do Tesouro.**

Sobre os “Cartões Mapa do Tesouro”, das entrevistas emerge, tal como para as dimensões anteriores, uma atitude positiva por parte da maioria dos pais e técnicos (N=7), pela sua relevância, em termos da capacidade de sintetizar informação sobre a temática apresentada (“Ajuda a sistematizar” – T4; “Forma mais rápida de consultar a informação” – P5) e de se constituir como uma ajuda importante para jogar o jogo (“Uma continuidade do manual, com dicas e orientações” – P4). A informação dos “Cartões Mapa do Tesouro” foi considerada clara pela maioria da amostra (N= 8) (“Nada que me suscitasse dúvidas” – P2), havendo apenas a ressalva por parte de dois técnicos que consideraram a linguagem demasiado elaborada (“Baixar o nível de linguagem” – T4), apesar de não darem exemplos concretos.

No que diz respeito a *sugestões*, foram apresentadas, tanto por técnicos (N=5), como por pais (N=4), sobretudo a dois níveis: de conteúdo, apelando à necessidade de criação de um com definições chave para as crianças (N=10) (“Devia haver um cartão para crianças com definições” – T3; “Cartão para crianças com determinadas definições chave” – P1) e a quem se destinam. Sobre este aspeto, as opiniões divergem em termos de público alvo: um pai e um técnico (N=2) consideram que os “Cartões Mapa do Tesouro” deveriam ser apenas para os adultos (“Deviam ser exclusivamente para adultos” – P5), no entanto são mais (N=4) os que consideram que os “Cartões Mapa do Tesouro” deviam ser um resumo também para crianças (“Deviam ser para os adultos e para as crianças” – T4).

## Resultados das crianças

No geral, todas as crianças (N=6) demonstraram compreender cada uma das "Atividades", conseguindo dizer por palavras suas o que era pedido ([A Coral contou-te quem são as pessoas que já a ajudaram quando teve algum problema. Desenha três pessoas que te possam ajudar quando precisares. E se nenhuma dessas pessoas acreditar em ti e te ajudar? Pensa em mais três pessoas a quem possas pedir ajuda.] "É para desenhar três pessoas que me possam ajudar quando preciso. Mas se nenhuma destas pessoas acreditar é para desenhar mais três que me possam ajudar" – C5; [Chegámos perto de um navio pirata, mas o pirata não consegue perceber nada do que lhe estamos a dizer nem o que estamos a sentir. Lança o dado das emoções e desenha a tua cara com a emoção que o dado indicar.] "É para lançar o dado e fazer a nossa cara com o que sair no dado" – C6).

Em algumas atividades (especialmente no tema "Identificar", em que há uma opção para escolher ou em que se fazem perguntas diretas, como no "Identificar" ou no "Contar"), as crianças, em que vez de explicarem o que era para fazer, deram a resposta à atividade. Em todas as situações deram a resposta correta, o que demonstra que compreenderam o que era pedido para fazer ([O Búzio foi à casa de banho do bar da ilha e apareceu um homem que lhe queria tocar nas suas partes privadas. O que deve fazer o Búzio? a) Esquecer o que aconteceu; b) Dizer não e contar imediatamente a um adulto de confiança; c) Pensar que fez algo de errado e que a culpa é sua.]"Dizer que não e contar imediatamente a um adulto de confiança. É a B" – C6; "Ficava triste" – C4).

As atividades em que as crianças apresentaram mais dificuldades de compreensão foram as que envolviam recorrer a materiais do jogo que não tinham disponíveis, em formato físico, como a "Carta de Código" ("Utilizar a palavra código? Não percebi muito bem" – C3), o "Bloco de Fichas do Corpo Humano" ("O que é o bloco de fichas?" – C6) ou o "Dado de Emoções" ("Qual dado?" – C6).

Relativamente à compreensão da terminologia, o tema da "Internet" é o que tem mais atividades que as crianças não conhecem, por existirem alguns conceitos que não compreendem, ainda. Por exemplo, as duas crianças que avaliaram as atividades na sua globalidade, expressaram não conhecer palavras como: rede social, perfil da internet e informações públicas. Apenas a terceira criança que avaliou estas atividades demonstrou ter um conhecimento pleno dos termos acima citados ("Rede social é uma coisa dentro da internet, a minha colega tem um *Facebook* mas não devia ter" – C5; "É como se fosse ter uma cara, o nome, a morada, quantos anos tem, onde trabalha" [perfil da internet] – C5; "Privado é um perfil que só umas determinadas pessoas é que podem ver" – C5).

Para além da terminologia associada à internet, surgiram mais algumas palavras/expressões que uma em seis ou duas em seis crianças não conheciam ou atribuíram determinadas conotações, como emoções positivas e negativas (N=1) ("Não sei o que é" – C4), índio (N=2) ("O que é um índio?" – C4 e C5), madrasta (N=1) ("Madrasta é má" – C4), indeciso (N=1) ("O que é indeciso?" – C4) e descodificar (N=1) ("Descodificar não percebo muito bem" – C5).

## Capítulo VI - Discussão

A presente dissertação teve como principais objetivos a criação de um jogo de prevenção primária do abuso sexual de crianças e o pré-teste dos materiais que o compõem, com a finalidade de se chegar a uma versão final que conduzirá à execução de um protótipo.

Com base na literatura relevante acerca do abuso sexual de crianças e adolescentes e, mais concretamente, em diversos programas existentes e já avaliados como sendo eficazes (Maria & Ornelas, 2010; Martyniuk & Dworkin, 2011; Sánchez, 2001), criou-se uma primeira versão dos componentes do jogo: “Manual do Jogo”; “Atividades”, que incluem as “Cartas de Situações”, “Cartas de Segredos”, “Cartas de Emoções” e “Cartas de Expressões”; e “Cartões Mapa do Tesouro”. As atividades foram desenhadas por forma de ir ao encontro dos conceitos chave que a literatura refere no âmbito da prevenção primária do abuso sexual de crianças, nomeadamente, o conceito de partes privadas, a diferenciação entre toques adequados e toques inadequados, a ideia de que alguém que as crianças conhecem e de quem gostam pode tentar magoá-las, que se alguém as tocar de uma forma que as faça sentir desconfortáveis devem dizer não, tentar sair da situação e contar a um adulto de confiança. Se não sentirem que os adultos acreditam em si, devem continuar a contar até que alguém acredite e as proteja (Martyniuk & Dworkin, 2011). A criação de diferentes categorias (Pintar/Desenhar, Mímica, Identificar e Contar) traduz a importância que a literatura salienta em serem utilizadas estratégias diversificadas que permitam um envolvimento físico e verbal da criança (Davis & Gidycz, 2000; Topping & Barron, 2009). A existência de diversas atividades em cada tema pretende ajudar as crianças, principalmente as mais novas, a reforçar os conceitos mais importantes, criando várias oportunidades para treinar uma mesma competência (Topping & Barron, 2009).

Os programas existentes na literatura, referem um conjunto de temáticas que devem ser abordadas com as crianças no âmbito da prevenção primária do abuso sexual, nomeadamente: identificação das partes privadas com os nomes corretos, assertividade, identificação de adultos de confiança a quem possam revelar uma situação abusiva, distinção entre situações normativas e situações potencialmente de risco, distinção entre diferentes tipos de toque, diferentes estratégias que os agressores podem utilizar como forma de manter o silêncio da criança, e distinção entre segredos bons e segredos maus.

O jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral - Jogo de Prevenção Primária do Abuso Sexual para Crianças entre os 6 e os 10 anos”, inclui todos estes temas, quer através de um conjunto de atividades sobre os mesmos (como o “Corpo/Toques”, “Dizer sim, Dizer Não!”, “Pedir Ajuda” e “Segredos”), quer através de situações descritas nas

atividades que vão ao encontro a outros temas, como a distinção entre situações normativas e potencialmente de risco, que surge em vários temas e também nas "Cartas de Situações" e "Cartas de Segredos". As diferentes estratégias que os agressores podem utilizar, como seja, por exemplo, o recurso a recompensas, surgem associadas ao tema dos "Segredos" e às "Cartas de Situações" e "Cartas de Segredos". Para além destes temas, o jogo inclui ainda um tema dedicado às "Emoções", por se considerar ser um tema transversal a várias situações da vida das crianças, e um dedicado à "Internet", pela sua relevância atual associada a uma maior e cada vez mais precoce utilização da mesma por parte das crianças, bem como aos perigos inerentes a uma má utilização (Monteiro, 2007).

O facto de o jogo implicar o envolvimento de um adulto é também um aspeto que se considera muito relevante, na medida em que procura ir de encontro à necessidade de pais, técnicos e a comunidade em geral poderem estarem envolvidos de forma ativa na prevenção primária do abuso sexual de crianças (Topping & Barron, 2009).

Trata-se de um projeto inovador por serem escassos os materiais existentes no contexto português que abordem esta problemática, e que se constituam como ferramentas para a prevenção primária do abuso sexual de crianças. Na verdade, a literatura aponta para o facto da prevenção primária se constituir como a melhor forma de prevenir este tipo de fenómeno, uma vez que se traduz num conjunto de estratégias que se transmite à população antes deste acontecer (Sánchez et al., 2002), incidindo no fortalecimento dos fatores de proteção e na minimização dos fatores de risco (Quadara & Wall, 2012).

A realização deste pré-teste foi essencial, pois apesar dos materiais terem sido desenvolvidos de forma teoricamente fundamentada (Maria & Ornelas, 2010; Martyniuk & Dworkin, 2011; Sánchez, 2001), permitiu analisar em que medida este jogo se parece constituir, por um lado, como relevante para a problemática em si e, por outro, como sendo adequado à população alvo a que se destina, analisando-se, em simultâneo, se é claro e apelativo. O pré-teste permitiu, ainda, auscultar os vários atores que devem estar envolvidos na prevenção do abuso sexual de crianças: pais, técnicos de várias áreas e as próprias crianças (Topping & Barron, 2009) e ter em conta as suas contribuições para a construção de uma ferramenta de prevenção adequada ao seu público alvo. Este processo de pré-testar os materiais foi inspirado na literatura acerca de estudos de mercado, que define o pré-teste como uma demonstração essencial do que o consumidor quer e das suas preferências. Este processo permite assim poupar tempo, esforços e recursos monetários, que desta forma não são desperdiçados na construção de materiais que não estão adequados aos seus potenciais destinatários (Brown et al., 2008).

Este pré-teste incidiu, sobretudo, na avaliação global sobre o jogo e na relevância, clareza, adequação e compreensão dos vários materiais que o compõem (“Manual do Jogo”, “Atividades” e “Cartões Mapa do Tesouro”). Deste modo, obteve-se um conjunto de resultados respeitantes aos diferentes materiais por parte dos adultos e em relação às “Atividades” por parte das crianças, que conduziram a um conjunto de alterações aos materiais (Anexo H).

No que concerne ao jogo em geral, a maioria dos participantes adultos demonstrou uma atitude bastante positiva em relação ao mesmo, considerando-o bastante relevante pelo tema que aborda, considerando-o, simultaneamente um instrumento importante dada a escassez de materiais desta natureza, e pelos seus conteúdos. Já no que diz respeito à adequação do jogo aos seus objetivos e à faixa etária para o qual foi desenhado, parece consensual entre pais e técnicos que se mostra adequado e parece vir a ser apelativo para a população-alvo à qual se destina. Apenas um pai considerou que o tema do jogo (mar) é adequado para as crianças mais novas mas não para as mais velhas. No entanto, como a maioria dos participantes considerou que o tema do mar era apelativo e ajudava as crianças a sentirem-se mais motivadas para o jogo, optou-se por manter o tema inicialmente proposto. Cerca de metade dos participantes destacaram ainda o facto de o jogo, por ser lúdico, e por envolver uma diversidade de atividades e categorias, facilitar a tarefa de abordar um assunto complexo, e muitas vezes considerado tabu, como o abuso sexual de crianças. Assim, consideram que este permite quebrar eventuais barreiras que as crianças e os próprios pais ou técnicos possam apresentar. De facto, a literatura tem apontado para a necessidades de os materiais de prevenção possibilitarem um envolvimento ativo, quer físico, quer verbal das crianças, e envolverem uma diversidade de estratégias que as motivem para a participação (Davis & Gidycz, 2000).

Os técnicos demonstraram ter uma visão do jogo como sendo flexível e adaptável à criança com quem se está a jogar, uma vez que permite jogar apenas num nível ou apenas com as cartas de algumas categorias. A atitude geral positiva do jogo traduziu-se na vontade que todos os participantes, independentemente de serem pais ou técnicos, demonstraram em adquirir e jogar o jogo, utilizando-o como uma ferramenta de prevenção do abuso sexual, havendo apenas uma mãe que referiu que, na sua opinião, o jogo necessita de uma divulgação mais personalizada, por exemplo, em conjunto com as escolas, para que os pais compreendam a sua relevância. Era esperado que esta mãe em concreto referisse esta necessidade, uma vez que é a única dos cinco pais que não tem qualquer tipo de contacto com o tema do abuso sexual de crianças no seu dia-a-dia. Uma vez que se pretende que o jogo seja amplamente

divulgado para todos, esta sugestão será tida em conta no momento da divulgação do jogo, através do estabelecimento de parcerias com escolas e outras entidades que trabalhem com crianças. Outro pai referiu ainda a importância de, na divulgação do jogo, ser claro que não se trata de um instrumento que permite dizer, com certeza, se a criança foi vítima de abuso sexual. Esta sugestão provém de um pai que trabalha com famílias em processos de separação/divórcio e regulação do exercício das responsabilidades parentais. Neste contexto específico, de conflito interparental, é especialmente pertinente um cuidado acrescido com a existência de eventuais falsas acusações de abuso sexual de crianças. Esta sugestão foi incorporada no “Manual do Jogo”, visto que se pretende diminuir ao máximo a possibilidade de o jogo ser utilizado com outro tipo de objetivos. Foi também sugerido, por parte de dois técnicos, que se alargasse o número de jogadores para quatro, no caso de não haver nenhuma suspeita de alguma das crianças ter sido vítima de abuso sexual, por ser mais motivante para as crianças estarem a jogar em grupos maiores. Uma vez que a opção de manter nos dois jogadores, apenas tinha tido em conta a possibilidade de surgir alguma revelação, e não se tinha considerado que um grupo maior seria mais apelativo para as crianças, optou-se por seguir esta sugestão de alargar para quatro jogadores.

Relativamente ao “Manual do Jogo”, a maioria dos participantes, tanto pais como técnicos, considerou ser muito importante, principalmente por ser um guião orientador para os adultos, devido aos conteúdos teóricos adequados, à estrutura simples que apresenta e à clareza da linguagem. No entanto, no que diz respeito às instruções do jogo presentes no “Manual do Jogo”, a maioria dos participantes considerou não serem suficientemente claras, principalmente no que diz respeito à passagem do nível I para o nível II e ao objetivo do jogo para a criança. Neste sentido, procederam-se a alterações para que as instruções fiquem mais explícitas. No entanto, tal como alguns participantes referiram o facto de não terem acesso aos materiais fisicamente, dificulta a compreensão das regras, e por isso, apenas poderemos ter uma verdadeira compreensão da clareza das mesmas quando existir um protótipo.

Foram ainda apresentadas diversas sugestões de melhoria ao “Manual do Jogo”, tanto por parte dos técnicos, como da parte dos pais. Uma das sugestões mais referidas foi relativamente à lista de contactos e instituições a quem recorrer em caso de uma suspeita de abuso sexual. Principalmente os técnicos, consideram que a PJ deve surgir em primeiro lugar. Para além desse contacto, consideram que devem ser incluídas apenas a Polícia de Segurança Pública [PSP] e a Guarda Nacional Republicana [GNR], o serviço de urgências pediátricas do hospital de residência e o Ministério Público, retirando a CPCJ e as restantes linhas de apoio. No entanto, na opinião de um dos técnicos, deve ainda conter a Linha SOS Criança, uma vez

que funciona em articulação direta com a PJ. Assim, a lista de contactos foi alterada no sentido de colocar a PJ em primeiro lugar, seguida da PSP e GNR, urgências pediátricas do hospital da zona de residência, o Ministério Público e a Linha SOS Criança. Optou-se por retirar as restantes linhas de apoio, tendo em conta que se desconhece, em rigor, o tipo de resposta que oferecem a estas situações.

Relativamente a situações consideradas como normativas por alguns dos técnicos, tomou-se a decisão de não as inserir no “Manual do Jogo” por se considerarem ser opiniões muito específicas dadas por uma pessoa, que podem não ser relevantes para outras. Procedeu-se à substituição da palavra “revitimização” por “voltar a ser vítima”, tal como sugerido por um pai, e da palavra “diádica” por “a dois”, como sugerido por uma mãe e por um pai. A sugestão de um dos pais, de clarificar melhor a diferença entre segredo bom e segredo mau no “Manual do Jogo”, não foi incorporada por essa distinção já estar explicada nos “Cartões Mapa do Tesouro”. Quanto às sugestões dadas por alguns técnicos (N=3) sobre a possibilidade de acrescentar alguns conteúdos que permitam exemplificar ou clarificar algumas situações, foram todas inseridas no “Manual do Jogo”, por se ter considerado contribuírem para uma melhor compreensão. Um dos técnicos sugeriu ainda que se retirasse o motivo de as crianças não denunciarem o abuso por dúvidas na eficácia da revelação porque, e na sua opinião, as crianças não têm esta noção. No entanto, uma vez que esta referência é feita no “Manual do Jogo”, que não é direccionado para as crianças, mas sim para os adultos, optou-se por manter. Considera-se importante que os adultos tenham a noção dos diferentes motivos que inibem as crianças de revelar uma situação sexualmente abusiva.

Um técnico referiu que, na sua opinião, não fazia sentido os artigos da legislação constarem no “Manual do Jogo”, uma vez que os técnicos conhecem a lei e não há necessidade de os pais terem acesso a essa informação de uma forma tão detalhada. Concordou-se que poderia ser informação demasiado técnica e específica para os pais e, por isso, optou-se por referir apenas um resumo da legislação.

Relativamente à sugestão de uma mãe, no sentido de separar o manual teórico do manual de instruções, esta foi parcialmente integrada. Decidiu-se que ambos os materiais ficarão no mesmo documento, mas com sentidos invertidos.

Quanto às “Atividades”, há também na generalidade, uma atitude positiva perante as mesmas, que se espelha no facto da maioria dos participantes considerarem que podem ser muito importantes pelo seu papel preventivo. À exceção do tema da “Internet”, todos os participantes consideraram serem os temas acertados para o objetivo do jogo, havendo mesmo um técnico que enfatiza a semelhança entre as situações apresentadas no jogo e as situações

que ocorrem na realidade. Como referido anteriormente, o tema da “Internet” gerou controvérsia por alguns participantes considerarem ser um tema diferente dos outros, que apresenta uma exposição desproporcional (uma vez que é um contexto em que o abuso pode acontecer, como outros que estão presentes no jogo mas encaixados nos temas existentes) e que não é adequado para as crianças mais novas, apesar de ser muito importante e, por isso, sugerem que seja um tema opcional ou que esteja diluído nas restantes atividades. No entanto, houve um número semelhante de participantes que considerou que a relevância do tema justifica a atenção que este tem no jogo e que as crianças, mesmo as mais novas, já estão despertas para o tema e, por isso, é importante que seja um tema independente e para todas as crianças, independentemente da idade. Para tomar uma decisão em relação a esta questão teve-se em conta que os participantes que consideraram a “Internet” um tema com atenção desproporcional e desadequado para as crianças mais novas foram, sobretudo, pais que referiram que os seus filhos não tinham acesso à internet e um técnico que, apesar de estar a responder enquanto tal, baseou a sua opinião no facto da sua filha não estar desperta para estas questões. Por outro lado, este técnico em particular não trabalha diretamente com crianças, mas sim com adolescentes. Os pais que consideraram o tema com relevância para justificar que seja um tema independente têm filhos que já começaram a utilizar a internet e consideram que, por isso, este tema é uma preocupação muito atual (Monteiro, 2007). Os técnicos que afirmaram que até as crianças mais novas estão muito despertas para esta temática são aqueles que mantêm mais contacto direto com as crianças. Assim, decidiu manter-se o tema da “Internet” como um tema independente para ser jogado pelas crianças de todas as idades.

Relativamente às restantes temáticas, todos os participantes consideraram ser as mais importantes e adequadas, havendo apenas uma mãe que, apesar de partilhar esta opinião, manifestou a sua preocupação de as atividades poderem ser demasiado alarmistas para as crianças, considerando que teria dificuldade em comunicar algumas às suas filhas, por serem demasiado explícitas, embora não tenha dado exemplos concretos. Coloca-se a hipótese de existir nesta mãe um padrão de resposta, uma vez que foi a única que referiu a necessidade do jogo ser divulgado de uma forma mais personalizada. A maioria dos pais e técnicos considerou as atividades adequadas à faixa etária das crianças, havendo apenas alguns que consideraram que a passagem do nível I de dificuldade para o nível II devia estar associada à idade das crianças (sendo o I para crianças até aos oito anos e o nível II para crianças com mais de oito anos). No entanto, a maioria considerou, tal como as autoras, que esta passagem devia estar associada a uma evolução no jogo, em parte porque o torna mais apelativo para a

criança e, por outro lado, porque a idade cronológica não determina, por si só, o nível de desenvolvimento e de conhecimentos da criança, o que significa que podem haver duas crianças com a mesma idade e com níveis de desenvolvimento e conhecimentos muito diferentes. Desta forma, optou-se por manter o critério inicial da passagem de nível pela evolução no jogo.

As “Atividades” foram ainda consideradas por todos como apelativas para as crianças, por apresentarem uma grande diversidade associada à existência de quatro categorias: Pintar/Desenhar, Mímica, Identificar e Contar, o que, na sua opinião, contribui para que as crianças se sintam mais motivadas para o jogo e não se cansam tão rapidamente das tarefas. No que concerne à linguagem, foi consensual entre todos que está clara e é bastante acessível, tanto para os adultos, como para as crianças, existindo ainda um pai que evidencia o papel que o adulto que está a jogar deve ter na compreensão das atividades.

Foram também dadas algumas sugestões de situações a acrescentar nas “Atividades”, como chantagear a criança fazendo ameaças à sua família, oferecer dinheiro ou utilizar o “estar na moda” para aliciar a criança, bem como dizer às crianças através da internet que têm fotos suas e que se não mandarem mais as podem divulgar ou contar aos seus pais. Deste modo, optou-se por acrescentar as ameaças à família, na seguinte “Carta de Situações”: “Um amigo da família do Búzio obriga-o a dar-lhe beijinhos de que ele não gosta”, ficando: “Um amigo da família do Búzio obriga-o a dar-lhe beijinhos de que ele não gosta e diz-lhe que se ele não der vai fazer mal à sua mãe”; a oferta de dinheiro na atividade de nível I, na categoria “Contar” do tema dos “Segredos”: “A avó do Búzio gosta de o agarrar e de lhe dar beijos em partes do corpo que ele não gosta. A avó diz-lhe que estes beijos são um segredo só deles e que se ele não contar a ninguém o leva a passear. O que deve fazer o Búzio? E tu? O que farias?”, substituindo “o leva a passear” por “lhe dá 5 euros”; e a situação do pedido de fotografias na internet, acrescentando à seguinte “Carta de Situações”: “O Búzio tem um amigo que conhece apenas de um jogo da internet e que lhe mandou uma foto das suas partes privadas. Este amigo também lhe pediu para ele mandar uma foto sua despido.”, passando a ter a seguinte redação: “O Búzio tem um amigo que conhece apenas de um jogo da internet e que lhe mandou uma foto das suas partes privadas. Este amigo também lhe pediu para ele mandar uma foto sua despido. Como o Búzio respondeu que não, ele disse-lhe que se não mandasse ia pôr na internet outras fotos do Búzio que já tinha”.

Não se fez nenhuma referência ao “estar na moda” porque, para que as crianças entendessem, teria de dar-se um exemplo concreto que pode estar na moda atualmente, mas não no futuro. Uma sugestão que surgiu por parte de um pai e um técnico foi retirar a

referência que é feita ao chefe dos escuteiros numa “Carta de Situações” por estar muito direcionada a uma instituição em específico. Tomou-se, então, a decisão de alterar para “monitor do campo de férias”.

Há também algumas alterações que, principalmente, os técnicos acharam relevantes, como tornar a seguinte situação mais explícita: “O chefe dos escuteiros da Coral disse-lhe para ela ir com ele para a sua tenda porque tinha um grande saco de gomas para partilhar com ela, e que não podia contar a mais ninguém porque seria o seu segredo.”; colocar a "vergonha", a "culpa" e o "nojo" em vez de surpresa e zanga no “Dado de Emoções” e substituir “felicidade” por “alegria” nas “Cartas de Emoções” e no “Dado de Emoções”. Relativamente a tornar a situação acima descrita mais explícita, e seguindo a sugestão de retirar o chefe dos escuteiros, decidiu colocar-se: “O monitor do campo de férias em que a Coral participou no Verão passado disse-lhe para ela ir com ele para a sua tenda porque tinha um grande saco cheio de gomas para partilhar com ela se ela lhe mostrasse as maminhas, e que não podia contar a mais ninguém porque seria o segredo deles.”.

Quanto à substituição de emoções no “Dado de Emoções”, substituiu-se a "surpresa" pela "culpa" por estar mais frequentemente associada a situações de abuso sexual (Hall & Hall, 2012). No que diz respeito à substituição de “felicidade” por “alegria” nas “Cartas de Emoções” e “Dado de Emoções”, procedeu-se à mesma, uma vez que esta sugestão conduziu a uma revisão de literatura. Conclui-se que, tendo em conta a atividade estar direcionada para crianças, será mais adequada a utilização do termo "alegria", na medida em que a "felicidade" surge descrita como um estado, que envolve a apreciação e avaliação de emoções, enquanto a "alegria" é reativa, de curta duração e automática, que são as principais características das emoções (Frijda, 2000).

Foi também sugerido que se alterasse a atividade: “O Búzio descobriu que a Coral lhe escondeu um segredo muito importante. Através de gestos, ajuda o Búzio a mostrar à Coral que se sente muito zangado. A Coral também está a sentir-se muito envergonhada por não ter contado o segredo ao Búzio. Como lhe pode mostrar através de gestos?”, por transmitir às crianças que se guardarem um segredo vão ficar zangados com elas, o que pode inibir uma possível revelação. Assim optou-se por colocar da seguinte forma: “O Búzio descobriu que uma Sereia disse a toda a gente que ele lhe tinha tirado um doce sem pedir autorização, o que não era verdade. Através de gestos, ajuda o Búzio a mostrar à Sereia que se sente muito zangado. A Sereia também está a sentir-se muito envergonhada por ter contado uma mentira sobre o Búzio. Como lhe pode mostrar através de gestos?”. A sugestão de retirar de uma atividade a frase “e se essas pessoas não acreditarem em ti” e colocar “e essas pessoas não te

conseguirem ajudar” não foi incluída, uma vez que é importante que as crianças tenham a noção que pode acontecer contarem a alguém que não acredita nelas.

Os “Cartões Mapa do Tesouro” também despertaram uma atitude geral positiva entre os participantes que, na generalidade, os consideraram relevantes por complementarem e resumirem a informação do “Manual do Jogo” e com uma linguagem bastante clara e acessível. Todos os participantes sugeriram a criação de um cartão para as crianças que contenha definições chave, como bom/mau segredo, bom/mau toque, partes privadas e adulto de confiança, o que foi desenvolvido e incluído no jogo. Foi também sugerido por alguns participantes que os “Cartões Mapa do Tesouro” deviam ser não só para adultos, como também para crianças, embora outros considerem que devem ser exclusivamente para consulta dos adultos. Como não foi uma questão consensual, decidiu manter-se os “Cartões Mapa do Tesouro” para os adultos, sendo que não existe nenhum impedimento que estes os possam partilhar com as crianças, se assim o desejarem e considerarem relevante.

Relativamente à avaliação realizada junto das crianças em relação à compreensão das “Atividades”, na generalidade, todas conseguiram compreender o que era pedido que fizessem nas atividades, demonstrando-o ao dizerem o que era pedido por palavras suas ou dando a resposta correta. Visto que há atividades que fazem as perguntas de uma forma muito direta, como as da categoria “Identificar” e algumas da categoria “Contar”, muitas das crianças acabaram por dar a resposta em algumas destas situações, em vez de dizerem o que era pedido para fazer. No entanto, o facto de terem, em todas essas situações, dado a resposta correta, demonstra que compreenderam o que era pedido.

Como era esperado pelo facto de os materiais não existirem fisicamente, as atividades que suscitaram mais dúvidas às crianças foram aquelas em que eram referidos o “Dado de Emoções”, o “Bloco de Fichas do Corpo Humano”, as “Cartas de Emoções”, a “Carta de Código”, entre outros.

O tema que mais dúvidas suscitou em relação à terminologia utilizada foi o tema da “Internet”, sendo que duas das três crianças que avaliaram estas atividades não conheciam termos como “rede social”, “perfil” ou “informações públicas”. No entanto, é importante referir que quando se explicou por outras palavras o que estes termos significavam as crianças compreenderam, o que demonstra que apenas não conhecem o termo correto, sendo que este pode e deve ser explicado pelo adulto que está a jogar com a criança. Tal como foi referido por um dos técnicos que trabalha nesta área, é importante que as crianças conheçam os termos corretos. Para além da terminologia associada à internet, há um conjunto de palavras/expressões que uma das seis crianças não sabia o significado, como “emoções

positivas” e “emoções negativas”, “indeciso” e “madrasta”, que associa às histórias existentes sobre madrastas e afirma que o significado de “madrasta é má”. Este desconhecimento pode estar associado ao facto de ser a criança mais nova, com seis anos de idade feitos recentemente. Esta e outra criança também não sabiam o significado da palavra “índio”, mas depois de ser explicado rapidamente disseram saber o que era. Há ainda uma criança que referiu não saber o significado da palavra “descodificar”. Apesar de algumas crianças não conhecerem algumas palavras ou os seus significados, salienta-se a importância do papel facilitador que o adulto deve ter, uma vez que estas são palavras/expressões ou terminologias que os adultos conhecem e que são facilmente explicadas às crianças, fazendo parte de uma aprendizagem pedagógica que as crianças fazem todos os dias.

De uma forma geral, o jogo é muito relevante, especialmente devido à escassez de programas de prevenção primária do abuso sexual em Portugal e que utiliza uma linguagem e contém atividades que são compreensíveis, quer para pais e técnicos, quer para as próprias crianças. A avaliação geral positiva do jogo leva a uma elevada intenção de aquisição e utilização.

Conclui-se então, que a realização deste trabalho de investigação permitiu a construção de um instrumento de prevenção primária que se considera muito relevante, baseado na literatura e em programas existentes, e que procura colmatar uma lacuna existente na nossa sociedade. Considera-se especialmente importante o facto de o jogo ter sido avaliado e beneficiado das contribuições de técnicos de áreas relevantes nesta temática, de pais de crianças na faixa etária do público-alvo, bem como das próprias crianças.

Apesar da relevância já demonstrada desta investigação, a mesma não é isenta de limitações. Estas surgem principalmente associadas ao nível da dimensão da amostra e da inexistência dos materiais fisicamente, ou seja, à data da realização do pré-teste, todos os materiais estavam criados em formato de documento escrito, mas não havia o tabuleiro do jogo, as "Cartas de Atividades", "Cartas de Situações", "Cartas de Segredos", "Cartas de Emoções", "Cartas de Expressões" e "Carta de Código", nem o "Dado de Emoções", ou qualquer tipo de ilustração. No que concerne à amostra, o tamanho da mesma (10 adultos e seis crianças) pode ser encarado como uma limitação, principalmente no que diz respeito às crianças, visto que, por serem poucas e ser demasiado cansativo avaliar todas atividades, cada uma apenas avaliou uma parte destas. No que diz respeito aos adultos, apesar de ser uma amostra pequena considera-se que o princípio da saturação foi atingido, uma vez que as opiniões mais gerais começaram a repetir-se após a terceira entrevista do grupo dos técnicos e do de pais. Para além da dimensão, outra limitação relaciona-se com o facto de ser uma

amostra de conveniência, o que conduziu a que, no caso dos adultos, todos tenham um grau de escolaridade elevado. Em relação aos pais, surgiu uma situação inesperada, na medida em que quatro em cinco pais apresentavam já alguma sensibilidade face ao tema, quer por terem familiares que trabalhem nesta área, quer por trabalharem num local em que o tema é abordado, ainda que de forma indireta. Por um lado, esta familiaridade dos pais com o tema foi positiva porque permitiu que, tendo um maior conhecimento, pudessem dar contributos mais teóricos mas, por outro lado, dificultou o acesso à informação da opinião que os pais menos informados poderão ter do jogo. Esta diferença foi notável, uma vez que, como já foi referido, a única mãe que não tem qualquer contacto com o tema foi a que referiu que algumas atividades eram demasiado explícitas e que apenas adquiriria o jogo se tivesse mais informação prévia sobre o mesmo

Relativamente às crianças, o facto de ser uma amostra de conveniência levou a que a maioria delas tenham pais que estão, de alguma forma, sensibilizados para o tema, visto que muitos não deram autorização para as crianças participarem por ainda considerarem o abuso sexual de crianças como um tema tabu. Para além desta sensibilização dos pais, a amostra de crianças, por ser de conveniência, não permitiu ainda a existência de muita heterogeneidade entre os participantes, já que cinco das seis crianças são do sexo feminino e três das seis têm nove anos.

No que diz respeito às limitações pela ausência dos materiais em formato físico, esta fez com que os pais apresentassem dúvidas em relação às instruções do jogo, que não podemos saber se se manteriam podendo observar os materiais fisicamente. As crianças também apresentaram algumas dúvidas em relação à compreensão de determinadas atividades que implicavam materiais aos quais não tiveram acesso. Ainda no que diz respeito às crianças, também não é possível aferir se, tendo os materiais, conseguiriam avaliar todas as atividades, o que não aconteceu estando apenas a ler as mesmas. Apesar desta ausência dos materiais em formato físico ser uma limitação, esta foi a única forma encontrada de fazer o pré-teste antes de se avançar para a produção de um protótipo, que implica um grande investimento financeiro.

Estudos de investigação futuros deverão focar-se na avaliação da eficácia do jogo ao nível da transmissão de conhecimentos acerca do abuso sexual e de competências de prevenção, nas crianças e nos adultos.



## Referências

- Agulhas, R. & Anciães, A. (2013). Abuso sexual de crianças e adolescentes: processo de avaliação psicológica forense de agressores sexuais adultos masculinos. In M. M. Calheiros & M. Garrido (Eds.). *Crianças em Risco e em Perigo*. Volume 3. (13-38). Lisboa: Edições Sílabo.
- Alves, S. M. R. (1995). *Crimes sexuais: "Notas e comentários aos artigos 163º a 179.º do Código Penal"*. Coimbra: Almedina.
- Amazarray, M., & Koller, S. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11 (3), 559-578.
- American Psychological Association. (2010). *Child sexual abuse: What parents should know*. Retirado de <https://www.apa.org/pi/families/resources/child-sexual-abuse.aspx>.
- Ariés, P. (1988). *A criança e a vida familiar no antigo regime*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo (Edição revista e actualizada)*. Lisboa: Edições, 70.
- Barth, J., Bermetz, L., Heim, E., Trelle, S., Tonia, T. (2013). The current prevalence of child sexual abuse worldwide: a systematic review and meta-analysis. *International journal of public health*, 58 (3), 469-83.
- Black, D., Heyman, R., & Slep, A. (2001). Risk factors for child sexual abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 6, 203-229.
- Blake, E., & Gannon, T. (2008). Social perception deficits, cognitive distortions, and empathy deficits in sex offenders: A brief review. *Trauma, Violence, and Abuse*, 9 (34), 34-55.
- Briere, J., & Eliot, D.M. (2003). Prevalence and psychological sequelae of self-reported childhood physical and sexual abuse in general population. *Child Abuse & Neglect*, 27, 1205-1222. doi:10.1016/j.chiabu.2003.09.008.
- Brown, K., Linderger, J. & Bryant, C. (2008). Using pretesting to ensure your messages and materials are on strategy [Electronic version]. *Health Promotion Practice*, 9 (2), 116-122.
- Browne, A., & Finkelhor, D. (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the research. *Psychological Bulletin*, 99, 66-77.
- Budin, L. E., & Johnson, C. F. (1989). Sex abuse prevention programs: Offenders' attitudes about their efficacy. *Child Abuse & Neglect*, 13 (1), 77-87.
- Calheiros, M.M. (2006). *A construção social do mau trato e negligência: do senso-comum ao conhecimento científico*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cage, R., & Salus, M. (2010). *The role of first responders in child maltreatment cases: disaster and nondisaster situations*. U.S. Department of Health and Human Services. Child Welfare Information Gateway. (2013). *What is child abuse and neglect? Recognizing the signs and symptoms*. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services, Children's Bureau.
- Código Penal (2007). Coimbra: Almedina.
- Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco. (2014). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das CPCJ no ano de 2013*. Lisboa: Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.
- Cooper, S. J. (1995). *New Strategies for free children: Child abuse prevention for elementary school children*. New Jersey: ICAP.

- Covell, C., & Scalora, M. (2002). Empathic deficits in sexual offenders – An integration of affective, social, and cognitive constructs. *Aggression and Violent Behavior, 7*, 251-270.
- Craven, A., Brown, S., & Gilchrist, E. (2006). Sexual grooming of children: Review of literature and theoretical considerations. *Journal of Sexual Aggression, 12*(3), 287-299.
- Currier, L., & Wurtele, S. (1996). A pilot study of previously abused and non-sexually abused children's responses to a personal safety program. *Journal of Child Sexual Abuse, 5*, 71-87. doi:10.1300/J070v05n01\_04
- Daro, D. (1994). Prevention of Child Sexual Abuse. *The future of children, 4*, 198-211.
- Davis, M. K., & Gidycz, C. A. (2000). Child sexual abuse prevention programs: A meta-analysis. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 29*, 257-265. doi:10.1207/S15374424jccp2902\_11
- Davis, M. (1980). A multidimensional approach to individual differences in empathy. *Catalog of Selected Documents in Psychology, 10*, 85.
- Dong, M., Anda, R., Dube, S., Giles, W., & Felitti, V. (2003). The relationship of exposure to childhood sexual abuse to other forms of abuse, neglect, and household dysfunction during childhood. *Child Abuse and Neglect, 27*, 625-639.
- Dudeck, M., Spitzer, C., Stopsack, M., Freyberger, H., & Barnow, S. (2007). Forensic impatient male sexual offenders: The impact of personality disorder and childhood sexual abuse. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology, 18* (4), 494-506.
- Escalada, M. (2007). *Pretesting and evaluation of communication materials*. Retirado de <http://devcompag.com/wp-content/uploads/2010/12/Pretesting-and-evaluation.pdf>
- Fergusson D, Lynskey M, Horwood L (1996), Childhood sexual abuse and psychiatric disorder in young adulthood, I: prevalence of sexual abuse and factors associated with sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry 35*, 1355–1364.
- Fergusson, D. & Mullen, P. (1999). *Childhood sexual abuse: An evidence based perspective*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Fleming, J., Mullen, P., & Bammer, G. (1997). A study of potential risk factors for sexual abuse in childhood. *Child Abuse & Neglect, 21*(1), 49–58.
- Finkelhor D (1993), Epidemiological factors in the clinical identification of child sexual abuse. *Child Abuse Neglect, 17*, 67–70.
- Fischer, D. & McDonald, W. (1998). Characteristics of intrafamilial and extrafamilial child sexual abuse. *Child Abuse and Neglect, 22*, 9, 915-929.
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do RS, 16*, 158-167.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança* [Brochura]. Unicef.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar- manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. São Paulo: Summus.

- Gannon, T., Ward, T., & Collie, R. (2007). Cognitive distortions in child molesters: Theoretical and research developments over the past two decades. *Aggression and Violent Behaviour, 12*, 402-416.
- Gibson, L. E., & Leitenberg, H. (2000). Child sexual abuse prevention programs: Do they decrease the occurrence of child sexual abuse? *Child Abuse & Neglect, 24*, 1115-1125. doi:10.1016/S0145-2134(00)00179-4
- Glaser, D. (1991). Treatment issues in child sexual abuse. *British Journal of Psychiatry, 159*, 769-782.
- Gordon, R. (1983). An operational classification of disease prevention. *Public Health Reports, 98*, 107-109.
- Green, A.H. (1993). Child sexual abuse: Immediate and long term effects and intervention. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 32*, 890-902.
- Guerra, V. (1998). *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. São Paulo: Cortez.
- Hall, M., & Hall, J. (2012). *The long-term effects of childhood sexual abuse: Counseling implications*. Retirado de [http://counselingoutfitters.com/vistas/vistas11/Article\\_19.pdf](http://counselingoutfitters.com/vistas/vistas11/Article_19.pdf).
- Hartman, M., Finn, S. E., & Leon, G. R. (1987). Sexual-abuse experiences in a clinical population: Comparisons of familial and nonfamilial abuse. *Psychotherapy: Theory, Research, Practice, Training, 24*(2), 154.
- Hazzard, A. (1993). Psychoeducational groups to teach children sexual abuse prevention skills. *Journal of Child and Adolescent Group Therapy, 3*, 13-23. doi:10.1007/BF00973640
- Hazzard, A., Webb, C., Kleemeier, C., Angert, L., & Pohl, J. (1991). Child sexual abuse prevention: Evaluation and one-year follow-up. *Child Abuse & Neglect, 15*, 123-138. doi:10.1016/0145-2134(91)90097-W
- Hébert, M., Lavoie, F., Piché, C., & Poitras, M. (2001). Proximate effects of a child sexual abuse prevention program in elementary school children. *Child Abuse and Neglect, 25*, 505-522.
- Hensley, B. H., & Soled, S.W. (1993). *Retention of second graders' knowledge and skills one year after a brief primary sexual abuse prevention program*. Cincinnati, OH: University of Cincinnati, College of Education.
- Honor, G. (2010). Child Sexual Abuse: Consequences and implications. *Journal of pediatric health care, 24* (6), 358-364.
- Jacobs, J.E., Hashima, P.Y., & Kenning, M. (1995). Children's perceptions of the risk of sexual abuse. *Child Abuse and Neglect, 19*, 1443-1456. doi:10.1016/0145-2134(95)00092-5
- Jolliffe, D., & Farrington, D. (2004). Empathy and offending: A systematic review and meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior, 9*, 441-476.
- Kendal-Tackett, K., Williams, L., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: a review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin, 113*, 164-180.
- Kinnally, E., Haverly, R., Burke, A., Galfalvy, H., & Brent, D. (2009). Parental care moderates the influence of MOA-uVNTR genotype and childhood stressors on trait impulsivity and aggression in adult women. *Psychiatrics Genetic, 19*, 126-133.

- Knutson, J. F. (1995). Psychological characteristics of maltreated children: putative risk and consequences. *Annual Review of Psychology*, 46, 401-431.
- Kolko, D. J., Moser, J. T., & Hughes, J. (1989). Classroom training in sexual victimization awareness and prevention skills: Na extension of the Red Flag/Green Flag People program. *Journal of Family Violence*, 4 (1), 25-45.
- Frijda, N. (2000). The Psychologists Point of View. In M. Lewis, J. M. Haviland-Jones, & L. F. Barrett (Eds.), *Handbook of Emotions* (pp. 68-87). New York: Guilford Press.
- Loiselle, J., & Friedman, M. (2003). Overview of child sexual abuse. In A. Giardino & E. Dartner (Eds.), *Sexual assault victimization across the life span: A clinical guide* (pp. 1-17). St. Louis, MO: G.W. Medical Publishing, Inc.
- Long, L. L., Burnett, J. A., & Thomas, R. V. (2006). *Sexuality counseling: An integrative approach*. Upper Saddle River, NJ: Pearson.
- Lourensz, C., & Powell, J. (1999). Abuso Físico, Abuso Sexual e Negligência da Criança. In H.I. Kaplan e B.J. Saddock (Eds.), *Tratado de Psiquiatria* (pp. 2660-2676). Porto Alegre: Artmed.
- MacIntyre, D., & Carr, A. (2000). Prevention of child sexual abuse: Implications of programme evaluation research. *Child abuse Review*, 9(3), 183-199.
- Maltz, W. (2002). Treating the sexual intimacy concerns of sexual abuse survivors. *Sexual and Relationship Therapy*, 17(4), 321-327.
- Masson, J.M. (1984). *Atentado à verdade. A supressão da teoria da sedução por Freud*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Maria, S., & Ornelas, J. (2010). O papel da comunidade na prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças (ASC). *Análise Psicológica*, 3 (XXVIII), 411 - 436.
- Martyniuk, H., & Dworkin, E. (2011). *Child Sexual Abuse Prevention: Programs for Children*. National Sexual Violence Resource Center: EUA.
- Ministério da Administração Interna. (2014). *Relatório Anual de Segurança Interna 2013*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Ministério da Administração Interna. (2015). *Relatório Anual de Segurança Interna 2014*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Monteiro, A. F. (2007). A Internet na vida das crianças: como lidar com perigos e oportunidades. In *In Actas do Challenges 2007, V Conferência Internacional de Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação* (pp. 522-526).
- Moura, A., & Koller, S. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: Um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13 (1), 85-94.
- Mullers, E., & Dowling, M. (2008). Mental health consequences of child abuse. *British Journal of Nursing*, 17, 1428-1433.
- National Center on Child Abuse and Neglect. (1978). *1978 Annual Review of child abuse and neglect research*. Washington DC.
- Nelson E, Heath A, & Madden P. (2002), Association between self-reported childhood sexual abuse and adverse psychosocial outcomes: results from a twin study. *Arch Gen Psychiatry*, 59, 139–146.

- Nomerofsky, A. G., Carran, D. T., & Rosenberg, L.A. (1994). Age variation in performance among preschool children in a sexual abuse prevention program. *Journal of Child Sexual Abuse*, 3 (1), 85-102.
- Organização Mundial de Saúde (OMS). (2006). *Relatório Mundial sobre Violência e Saúde*. Genebra: Organização Mundial de Saúde.
- Pereda, N., Guilera, G., Forns, M., Gomez-Benito, M. (2009). The international epidemiology of child sexual abuse: a continuation of Finkelhor (1994). *Child Abuse and Neglect*, 33(6), 331–342.
- Putnam, F. (2003). Ten-year research update review: child sexual abuse. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 42, 269-278.
- Quadara, A., & Wall, L. (2012). *What is effective primary prevention in sexual assault: Translating the evidence for action*. Australian Center for the Study of Sexual Assault: Australia.
- Radford, L., Corral, S., Bradley, C., Fisher, H., Bassett, C., Howat, N., & Collishaw, S. (2001). *Child abuse and neglect in the UK today*. London: NSPCC.
- Ratican, K. (1992). Sexual abuse survivors: Identifying symptoms and special treatment considerations. *Journal of Counseling & Development*, 71(1), 33-38.
- Repucci, N. D., & Herman, J. (1991). Sexuality education and child sexual abuse prevention programs in the schools. *Review of Research in Education*, 17, 127-166.  
doi:10.2307/1167331
- Rispens, J., Aleman, A., & Goudena, P. P. (1997). Prevention of child sexual abuse victimization: A meta-analysis of school programs. *Child Abuse and Neglect*, 21(10), 975-987. doi:10.1016/S0145-2134(97)00058-6
- Rodríguez, L., & Cruz, M. Á. (2013). *Coletas y Verdi. Juego para la Prevención, la Detección y el Tratamiento del Abuso Sexual Infantil*. Madrid: Tea Ediciones.
- Rogers, P., Josey, N., & Davies, M. (2007). Victim age, attractiveness and abuse history as factors in the perception of a hypothetical child sexual abuse case. *Journal of Sexual Aggression*, 13(2), 121-137
- Royal Commission into Institutional Responses to Child Sexual Abuse. (2014). *Interim Report*. Australia.
- Sánchez, A. (2001). Conhecimentos e atitudes dos pais, menores e professores em relação ao abuso sexual. *Análise Psicológica*, 2 (XIX), 253-259.
- Sánchez, C., Rodríguez, C., & Arnedillo, G. (2002). *Guía de intervención: Menores e consumos de drogas*. Madrid: Asociación de Técnicos para el Desarrollo de 41 Programas Sociales (ADES).
- Sarno, J. A., & Wurtele, S. K. (1997). Effects of a personal safety program on preschoolers' knowledge, skills, and perceptions of child sexual abuse. *Child Maltreatment*, 2, 35-45.  
doi:10.1177/1077559597002001004
- Simons, D., Wurtele, S., & Durham, R. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32, 549-560.
- Starzyk, K., & Marshall, W. (2003). Childhood family and personological risk factors for sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 8, 93-105.

- Stop it now!. (2010). *Prevent Child Sexual Abuse: Facts about abuse and how to prevent it*. [Brochura]. Brandon: Stop it now!.
- Sylvester, L. (1997). *Talking About Touching: Personal safety curricula (1996 Editions) Preschool to grade 3. Curriculum Evaluation Summary*. Committee for Children: Seattle, WA.
- Topping, K. J., & Barron, I. G. (2009). School-based child sexual abuse prevention programs: A review of effectiveness. *Review of Educational Research, 79*, 431-463. doi:10.3102/0034654308325582
- Townsend, C. (2013). *Prevalence and consequences of child sexual abuse compared with other childhood experiences*. Charleston, S.C., Darkness to Light. Retrieved from [www.D2L.org](http://www.D2L.org).
- Townsend, C., & Rheingold, A.A., (2013). *Estimating a child sexual abuse prevalence rate for practitioners: studies*. Charleston, S.C., Darkness to Light. Retrieved from [www.D2L.org](http://www.D2L.org).
- Tremblay, C., Hebert, M., & Piche, C. (1999). Coping strategies and social support as mediators of consequences in child sexual abuse. *Child Abuse and Neglect, 23*, 929-945.
- Trickett, P., Noll, J., Reiffman, A., & Putnam, F. (2001). Variants of intrafamilial sexual abuse experiences: implications for short- and long-term development. *Development Psychopathology, 13*, 1001-1019.
- Tutty, L. (1997). Child sexual abuse prevention programs: Evaluating “Who Do You Tell.” *Child Abuse and Neglect, 21*, 869-881. doi:10.1016/S0145-2134(97)00048-3
- Tutty, L. M. (2000). What children learn from sexual abuse prevention programs: Difficult concepts and developmental issues. *Research on Social Work Practice, 10*, 275-300.
- United Nations Children’s Fund. (2014). *Preventing and Responding to Child Sexual Abuse and Exploitation: Evidence review*. New York: Unicef.
- Ward, T., & Siegert, R. (2002). Toward a comprehensive theory of child sexual abuse: A theory knitting perspective. *Psychology, Crime, and Law, 8*, 319-351.
- Ward, T., & Casey, A. (2010). Extending the mind into de world: A new theory of cognitive distortions in sex offenders. *Aggression and Violent Behavior, 15*, 49-58.
- Watson, K. (1994). *Substitute care providers: Helping abused and neglect children*. Washington, DC: National Center of Child Abuse and Neglect.
- Whitaker, D., Le, B., Hanson, R., Baker, C., McMahan, P., Ryan, G., Klein, A., & Rice, D. (2008). Risk factors for the perpetration of child sexual abuse: A review and meta-analysis. *Child Abuse and Neglect, 32 (5)*, 529-548.
- Wright, G. F., & Scalora, M. J. (1996). *Child Maltreatment*. Manuscrito não publicado. Lincoln: University of Nebraska, Center on Children, Families and the Law.
- Wurtele, S. (2002). Child Sexual Abuse Prevention. In Paul Schewe (Ed.), *Prevention violence in relationships: Interventions across the life span* (pp. 9-25). Washington DC, US: American Psychological Association.
- Wurtele, S. K., & Owens, J. S. (1997). Teaching personal safety skills to young children: An investigation of age and gender across five studies. *Child Abuse and Neglect, 21*, 805-814. doi:10.1016/S0145-2134(97)00040-9

## Anexo A

### Listagem Materiais do Jogo

O jogo é composto pelos seguintes materiais:

1 Tabuleiro
1 Dado Numérico
4 Peões
1 Manual do jogo
6 Cartões “Mapa do Tesouro”: <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 Cartão Amarelo (Corpo/Toques)</li><li>• 1 Cartão Azul (Emoções)</li><li>• 1 Cartão Cor de Rosa (Dizer Sim, Dizer Não!)</li><li>• 1 Cartão Cor de Laranja (Segredos)</li><li>• 1 Cartão Castanho (Internet)</li><li>• 1 Cartão Roxo (Pedir ajuda)</li><li>• 1 Cartão com definições chave para crianças</li></ul>
84 Cartas de Atividades: <ul style="list-style-type: none"><li>• 12 Cartas Amarelas (Corpo/Toques)<ul style="list-style-type: none"><li>• 16 Cartas Azuis (Emoções)</li></ul></li><li>• 16 Cartas Cor de Rosa (Dizer Sim, Dizer Não!)<ul style="list-style-type: none"><li>• 12 Cartas Cor de Laranja (Segredos)</li><li>• 12 Cartas Castanhas (Internet)</li><li>• 16 Cartas Roxas (Pedir ajuda)</li></ul></li></ul>
12 Cartas de Situações
10 Cartas de Segredos
9 Cartas de Emoções
7 Cartas de Expressões
1 Carta de Código
1 Dado das Emoções
4 Cartões de pontuação magnéticos “Caça o teu Tesouro”

48 Fichas Magnéticas
2 Cubos <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1 Verde</li> <li>• 1 Vermelho</li> </ul>
1 Bloco de Folhas Brancas (A5)
1 Lápis de Carvão
1 Bloco de fichas “Corpo Humano”
48 Pedras Preciosas
4 Baús do Tesouro

## Anexo B

### Guião de Entrevista para Pais e Técnicos

Boa tarde, em primeiro quero agradecer-lhe por ter aceitado participar nesta investigação, a sua colaboração é muito importante. Como já tínhamos falado, o objetivo desta entrevista é falarmos sobre a sua opinião acerca dos materiais que lhe enviei por *email*. Tudo o que for dito é anónimo e confidencial, não havendo respostas certas nem erradas, o que preciso é que seja o mais sincero possível nas suas respostas. A duração da entrevista será de cerca de uma hora e como referido no consentimento informado será gravada em sistema áudio. Podemos começar?

Em termos gerais o que achou do jogo?

- Abordar a prevenção do abuso sexual de crianças e jovens?
- O tema do mar
- O título do jogo/nome das personagens?

Qual a avaliação que faz do manual do jogo?

- Compreende-se o que é explicado na “Bússola do Adulto”?
- Considera essa informação relevante?
- Alteraria, acrescentaria ou retiraria algo?
- Pensa que a informação contida é acessível a pais e técnicos?
- Relativamente às instruções, acha que são suficientemente claras? Se não, o que acha que pode ser clarificado?

Qual a avaliação que faz das atividades?

- Qual a sua opinião sobre os temas abordados? Alteraria, acrescentaria ou retiraria algum?
- O que acha da existência de diversas categorias? Alteraria, acrescentaria ou retiraria alguma?
- Para os temas corpo/toques e internet não existem as categorias mimica e pintar/desenhar, qual a sua opinião sobre isso? Acha que se devia introduzir? Se sim, pode dar um exemplo?
- Considera pertinente a existência de dois níveis de dificuldade e da forma como estão pensados (1º fazer 1 atividade de nível I em cada tema, independentemente da categoria e só depois passar para as de nível II)?
- Compreende-se o que é pedido em cada atividade (clareza e tipo de linguagem)?
- São adequadas às idades 6-10 anos (conteúdo e linguagem)?
- Fariam alguma alteração, acrescentaria ou retiraria algo?

Relativamente às cartas de situações que avaliação faz?

- Diversidade de situações

- Clareza da informação
- Alteraria, acrescentaria ou retiraria alguma coisa?

Relativamente às cartas de segredos que avaliação faz?

- Diversidade de situações
- Clareza da informação
- Alteraria, acrescentaria ou retiraria alguma coisa?

Relativamente às cartas de emoções que avaliação faz?

- Diversidade de emoções
- Alteraria, acrescentaria ou retiraria alguma coisa?

Relativamente às emoções do dado de situações

- Sendo que o dado só pode conter 6 emoções, concorda com as escolhidas? Se não, quais alteraria?

Relativamente aos “Cartões Mapa do Tesouro”, qual é a sua opinião sobre:

- Pertinência
- Clareza da informação
- Alteraria, acrescentaria ou retiraria alguma coisa?

Imagina-se a utilizar este jogo como técnico e/ou pai/mãe? Se não, porquê?

Há mais alguma informação que gostasse de partilhar?

Mais uma vez muito obrigado pela sua participação!

## Anexo C

### Guião de Entrevista Crianças

Olá, em primeiro lugar queria agradecer-te por nos ajudares, a tua participação é muito importante.

Estamos a fazer um jogo para crianças, como tu, entre os seis e os 10 anos, que tem como objetivo ensinar como é que se podem proteger de situações menos boas que possam acontecer. É um jogo que se passa no mar e onde vão aparecer muitas personagens como índios, piratas, sereias, pinguins, tubarões, etc. Para além dessas personagens há a Coral e o Búzio, que são uma menina e um menino que vão viver muitas aventuras nesta viagem pelo mar.

Aquilo que te peço é que, depois de lermos cada uma das atividades, me digas por palavras tuas o que é para fazer e me digas se há alguma palavra que não conheças ou não saibas o que quer dizer. Pode ser? Vou gravar aquilo que me vais dizer, mas a mãe/pai já me deu autorização e não te preocupes com a gravação porque é só para me ajudar a não me esquecer do que disseste.

Queria também dizer para não te preocupares se não souberes alguma coisa porque não há respostas certas nem erradas.

Podemos começar?

1. Percebeste o que é para fazer? Podes explicar-me por palavras tuas?
2. Há alguma palavra que não conheças ou não saibas o que quer dizer? Qual?
3. Há mais alguma coisa que queiras dizer sobre o que estivemos a falar?

Mais uma vez muito obrigado pela tua ajuda, foi muito importante para fazermos um jogo melhor e mais giro.



## Anexo D

### Consentimento Informado para Pais e Técnicos



#### ESCLARECIMENTO PARA CONSENTIMENTO INFORMADO

**Título do Estudo:** *As aventuras do Búzio e da Coral- jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos (Pré-teste)*

**Investigadoras:** Nicole Figueiredo, Joana Alexandre e Rute Agulhas

**Emails:** [nicole\\_figueiredo\\_@hotmail.com](mailto:nicole_figueiredo_@hotmail.com); [joana.alexandre@iscte.pt](mailto:joana.alexandre@iscte.pt); [rute\\_sandra\\_agulhas@iscte.pt](mailto:rute_sandra_agulhas@iscte.pt)

Exmo.(a) Sr.(a)

Vimos, por este meio, convidá-lo(a) a participar no pré-teste de um conjunto de materiais que fazem parte de um instrumento de prevenção do abuso sexual de crianças, avaliando a sua pertinência, clareza e adequabilidade em função dos objectivos apresentados e à faixa etária dos destinatários (6-10 anos).

Este jogo de prevenção do abuso sexual tem como objetivos gerais aumentar conhecimentos sobre o abuso sexual de crianças, bem como promover o desenvolvimento de competências para saber como identificar e gerir adequadamente este tipo de situações. Simultaneamente, pretende-se capacitar, não apenas as crianças, mas também os adultos que podem assumir diversos papéis na sua vida, para lidar com esta problemática, sabendo identificar e agir adequadamente perante a mesma.

Caso aceite colaborar nesta fase de desenvolvimento do jogo, pedimos-lhe que participe numa entrevista, com registo áudio, com uma duração estimada de 60 minutos, onde terá a oportunidade de expressar a sua opinião acerca dos materiais e dar sugestões de eventuais alterações a realizar.

Esta investigação pretende beneficiar a sociedade em geral através da obtenção de novos conhecimentos que permitam a criação de um instrumento de prevenção do abuso sexual de crianças.

A sua participação é voluntária. Pode retirar o consentimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal ou profissional.

Não antecipamos riscos associados à participação neste estudo e não há quaisquer custos envolvidos. A sua privacidade será protegida, não havendo qualquer recolha de dados pessoais que permitam a sua identificação.

A equipa de investigação cumprirá as orientações de cariz ético e deontológico que regulam a investigação com seres humanos.

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2015

(data)



## Anexo E

### Consentimento Informado para Crianças



#### ESCLARECIMENTO PARA CONSENTIMENTO INFORMADO

**Título do Estudo:** *As aventuras do Búzio e da Coral- jogo de prevenção primária do abuso sexual para crianças entre os 6 e os 10 anos (Pré-teste)*

**Investigadoras:** Nicole Figueiredo, Joana Alexandre e Rute Agulhas

**Emails:** nicole\_figueiredo\_@hotmail.com; joana.alexandre@iscte.pt ; rute\_sandra\_agulhas@iscte.pt

---

Exmo.(a) Sr.(a)

Vimos, por este meio, convidar o seu filho(a) a participar no pré-teste de um conjunto de actividades que fazem parte de um instrumento de prevenção do abuso sexual de crianças, avaliando a sua clareza em termos de linguagem, tendo em conta que este jogo se destina a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos.

Este jogo de prevenção do abuso sexual tem como objetivos gerais aumentar conhecimentos sobre o abuso sexual de crianças, bem como promover o desenvolvimento de competências para saber como identificar e gerir adequadamente este tipo de situações. Simultaneamente, pretende-se capacitar, não apenas as crianças, mas também os adultos que podem assumir diversos papéis na sua vida, para lidar com esta problemática, sabendo identificar e agir adequadamente perante a mesma.

Caso aceite que o seu filho(a) colabore nesta fase de desenvolvimento do jogo, pedimos-lhe que lhe permita ler as actividades, em conjunto com um dos elementos da equipa de investigação, sendo que em relação a cada uma delas será questionado(a) sobre se compreendeu o que se pretende com a actividade e se a linguagem utilizada é suficientemente clara. Caso deseje, pode estar presente durante todo o processo.

Esta investigação pretende beneficiar a sociedade em geral através da obtenção de novos conhecimentos que permitam a criação de um instrumento de prevenção do abuso sexual de crianças.

A sua participação e a do seu filho(a) são voluntárias. Pode retirar o consentimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo pessoal.

Não antecipamos quaisquer riscos associados à participação neste estudo, uma vez que apenas é avaliada a compreensão das actividades. Por outro lado, esta colaboração permite ao seu filho(a) um primeiro contacto com o tema que, segundo inúmeros estudos nacionais e internacionais, deve ser abordado com as crianças desde a idade pré-escolar.

A sua privacidade, bem como a do seu filho(a), será protegida, não havendo qualquer recolha de dados pessoais que permitam a sua identificação.

A equipa de investigação cumprirá as orientações de cariz ético e deontológico que regulam a investigação com seres humanos.

\_\_\_\_\_  
(assinatura)

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2015  
(data)



## Anexo F

**Tabela Resumo Resultados dos Pais e Técnicos**

Dimensões	Categorias	Definição das categorias	Subcategorias	Exemplos técnicos (n=5)	Exemplos pais (n=5)
<b>Atitude geral em relação ao jogo (UR= 115)</b>	Cognições (UR= 92)	Remete para ideias ou crenças sobre o jogo	<u>Relevância</u>	“Um dos primeiros jogos, ou mesmo o primeiro, a ser lançado no mercado a este nível” – T1	"Permite despistar algumas coisas" – P1
				“País precisa de prevenção” – T1	"Tem um propósito que é interessante e necessário" – P4
				“Vai ao preenchimento de uma lacuna na sociedade portuguesa” – T2	"Aqui em Portugal não há mais nada" – P5
				“É um bom projeto” – T2	"Pertinente mas depende da forma como for divulgado" – P1
				“Muito pertinente” – T1	"Existe muita falta de informação" – P1

				<p>“Problema muito real que deve ser muito natural” – T2</p>	<p>"O abuso tem de deixar de ser tabu" – P3</p>
				<p>“Foca bem as principais temáticas associadas ao abuso” – T4</p>	<p>"O problema existe e não se pode mesmo fechar os olhos" – P4</p>
				<p>“Existe muito pouca coisa” – T5</p>	<p>"Acho que há coisas que os próprios técnicos não pensaram e poderão ficar mais atentos" – P5</p>
			<u>Interesse</u>	<p>“A ideia é muito boa” – T1</p>	<p>"Muito interessante" – P2</p>
				<p>“Achei extremamente interessante” – T3</p>	<p>"A ideia do jogo é fantástica" – P4</p>
				<p>“Excelente ideia” – T4</p>	<p>"Muito interessante, não só para pais como para técnicos" – P5</p>
				<p>“Jogo interessante” – T2</p>	<p>"Está bem conseguido" – P4</p>
			<u>Flexibilidade</u>	<p>“Tudo pode ser desconstruído” – T2</p>	
				<p>“Permite que o jogo vá</p>	

				sendo jogado de acordo com a criança” – T3	
				“Achei que era flexível” – T5	
				“Posso andar do I para o II e do II para o I conforme a criança” – T5	
				“Cabe ao adulto aproximar estas pessoas ao contexto real da vida da criança” – T4	
			<u>Utilidade</u>	“É muito útil” – T2	
				“Muito necessário” – T1	
			<u>Adequação (de materiais e à criança)</u>	“Cumpre os objetivos da prevenção e da educação de crianças e técnicos” – T3	
				“Está muito acessível” – T1	
				“Associam às histórias que já conhecem” – T5	
				“As crianças reagem bem a histórias e fantasia” - T5	

			<u>Apelativo</u>	“É apelativo” – T3		
				“Apelativo para as crianças” – T4		
				“Paralelismo com a praia, que as crianças gostam” – T4		
			<u>Facilitador e lúdico</u>	“Forma lúdica de abordar assuntos importantes” – T3		
				“Facilita a tarefa” – T3		
				“Forma muito gira de falar com as crianças” – T4		
					“Forma mais simples e mais lúdica de abordar as crianças” – T1	
					“Quebrar resistências das crianças” – T1	
					“Em vez dos pais terem esta conversa que para muitos é difícil, usam este jogo” – T4	
	Afetos (UR= 6)	Remete para os sentimentos que o jogo despoleta			“Gostei muito” – T1	
					“Muito engraçado” – T5	
					“Desperta bons	

				sentimentos” – T2	
				“Não permite que haja nenhuma associação negativa” – T3	
	Comportamentos (UR= 13)	Remete para a intenção de comprar ou jogar o jogo		“Enquanto mãe sim, sem dúvida” [utilizar o jogo] – T1	
			“Sim, vou usar” – T2		
			“Sim, tanto enquanto técnica como enquanto mãe” – T3		
				“Se já estivesse pronto, seria a primeira pessoa a chegar à escola e a jogar e a explicar aos meus colegas” – T5	
	Sugestões (UR= 4)		<u>Nº de jogadores</u>		
					"Alterava o tema, em vez de ser o mar achava mais interessante que tivesse o contexto deles, como um

					tabuleiro com a sua casa, a escola, o parque infantil, a casa do vizinho, o café a caminho de casa, o ginásio, etc." – P5
			<u>Operacionalização</u>		"Achava interessante que o adulto também participasse no jogo, também pode aprender jogando. A criança acha piada porque está em competição com o adulto e o adulto tem perguntas adequadas a ele, baseadas na informação do manual" – P5
<b>Atitude geral em relação ao “Manual do Jogo” (UR= 100)</b>	Cognições (UR= 58)		<u>Relevância</u>	“Tem de existir” – T2	
				“É bom para preparar o adulto para o jogo” – T5	
				“É muito importante que o adulto leia antes de começar” –T5	
			<u>Conteúdo</u>	“Muito bem em termos	

				teóricos” – T1	
				“Questões estão colocadas de uma forma muito simples” – T3	
			<u>Estrutura</u>	“Muito bem construído” – T1	
				“Muito bem estruturado para quem tem poucos ou nenhuns conhecimentos do tema” – T1	
			<u>Clareza</u>	“Simples” – T1	
				“Acessível” – T1	
				“Adequada” – T1	
				“Baixar o nível de algumas terminologias” – T4	
				“Não está bem explicado quando se passa do nível I para o nível II” – T1	
				“Um pouco confuso mas talvez porque não tenho os	

				materiais” – T3	
	<i>Afetos (UR= 1)</i>			“Gostei muito” – T1	
	<i>Sugestões (UR=41)</i>		<u>Conteúdo</u>	“Nos contactos a quem recorrer a PJ tem competência exclusiva por isso deve estar no topo” – T2	
				“Quando diz procure um profissional devia dizer a PJ” – T4	
				“Dizer aos pais que têm de ter a password do facebook dos filhos” – T4	
				“Retirava a questão das crianças não contarem por terem dúvidas em relação à eficácia da denúncia. Acho que não têm essa noção nem devem ter” – T4	
				<u>Estrutura</u>	

<b>Atitude geral em relação às “Atividades” (UR= 127)</b>	<i>Cognições (UR= 79)</i>		<u>Relevância</u>	“Estão bem refletidas e pensadas” – T3	
				“Em termos de prevenção está muito bem” – T3	
				“Relembrem-nos infelizmente muitas situações que vivemos no dia-a-dia” – T4	
				“Muito importantes para dar exemplos de situações chave” – T4	
				“Aqui está o essencial” – T5	
				“É aquilo que se quer trabalhar em prevenção” – T5	
			<u>Temáticas</u>	“Temas todos muito interessantes” – T3	
			“A internet deve ter um tema só para ela porque os pais ainda não compreendem		

				o impacto negativo que pode ter” – T3	
				[a internet] “Pode ser um tema extra” – T3	
				[a internet]“Parece um tema diferente dos outros mas a sua importância justifica” – T3	
				“Não ter o tema da internet seria altamente limitativo” – T4	
				“São os temas mais importantes a abordar” – T5	
			<u>Adequação</u>	“Aborda todos os temas ou pelo menos os mais adequados à faixa etária” – T3	
			<u>faixa etária</u>	“Parece-me as atividades acertadas para a faixa etária” – T4	
				“Enquadram perfeitamente no que é o desenvolvimento	

				psicomotor das crianças” – T4	
			<u>Diversidade</u>	“Interessante” [Existência de diferentes categorias] – T1	
				[Existência de diferentes categorias] “É bom para diversificar” – T3	
				[Existência de diferentes categorias] “Cria a expectativa do que vai calhar” – T3	
				“Pintar e mímica são muito interessantes” – T4	
				“Elas podem pintar, desenhar, fazer mímica” – T5	
				<u>Clareza</u>	“Linguagem clara” – T1
				“Muito acessível” – T5	
				“Fáceis de perceber” – T3	
				“Um adulto mesmo com pouca escolaridade não terá grande dificuldade em perceber” – T4	

	<i>Afetos (UR= 2)</i>			“Parece-me bem” – T1	
	<i>Sugestões (UR= 46)</i>		<u>Conteúdo</u>	“A internet devia ser uma questão opcional” – T1	
“Acrescentar ameaças à família” – T1					
“Eu colocaria vergonha e culpa em vez de surpresa e zanga” – T1					
“Redes sociais e perfil privado, as crianças não sabem o que é isto” – T1					
“Retirar referência ao chefe dos escuteiros” – T2					
“Punha alegria em vez de felicidade” – T2					
				“Atividade informal para identificar adulto de confiança” –T4	
<u>Estrutura</u>			“Fazia sentido o nível I ser para crianças dos 6 aos 8 e o nível do II dos 8 aos 10” – T1		

				“Transpor o jogo para ambiente informático” – T4	
<b>Atitude geral em relação aos “Cartões Mapa do Tesouro” (UR= 34)</b>	<i>Cognições (UR= 19)</i>		<u>Relevância</u>	“Muito pertinente” – T3	
				“São importantes” – T4	
				“Ajuda a sistematizar” – T4	
				“Muito bons para resumir” – T5	
		<u>Clareza</u>	“Clara” – T2		
			“Baixar o nível da linguagem” – T4		
	<i>Sugestões (UR= 15)</i>		<u>Conteúdo</u>	“Devia haver um cartão para crianças com definições, para as crianças era importante” – T3	
				“Podem ter desenhos associados” – T3	
				“Importante haver um cartão com definições para as crianças e unificar os pontos chave do jogo” – T4	

			<u>Público alvo</u>	“Deveriam ser tanto para adultos como para crianças” – T4	
				“Podia haver para crianças” – T2	
				“Devia haver um resumo também para crianças” – T3	
				“Devem ser para os adultos e para as crianças” – T4	
				“Devem ser só para adultos” – T5	

## Anexo G

**Tabela Resumo Resultados das Crianças**

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Exemplos</b>
Compreensão (UR=69)	Conteúdos (UR=43)	<p>"É para desenharmos numa folha quais são as pessoas com quem temos confiança" - C5</p> <p>"É para lançar o dado e fazer a nossa cara com o que sair no dado" - C6</p> <p>"Dizer não e contar imediatamente a um adulto de confiança. É a B." - C6</p> <p>"Eu acho que é um bocado perigoso porque depois a outra pessoa que está do outro lado do ecrã pode vir atrás de nós" - C3</p>
	Terminologias (UR=12)	<p>[Partes privadas] "São partes tipo o pipi, as maminhas e o rabo" - C6</p> <p>"Rede social é uma coisa dentro da internet" - C5</p> <p>[Perfil] ("É como se fosse ter uma cara, o nome, a morada, quantos anos tem, onde trabalha" - C5</p> <p>"Não sei o que é perfil da internet" - C1</p> <p>"Informações públicas não sei o que é" - C2</p>
	Significado das palavras (UR=9)	<p>"Não sei o que é" [Emoções positivas e negativas] - C4</p> <p>"Madrasta é má" - C4</p> <p>"O que é indeciso?" - C4</p>

		<p>"O que é um índio?" - C4 e C5</p> <p>"Descodificar não percebo muito bem" - C5</p>
	<p>Materiais do jogo (UR=5)</p>	<p>"Preciso de utilizar esta frase para descodificar a mensagem?" - C3</p> <p>"Uma mensagem?" - C4</p> <p>[Tirar 3 cartas] "Não percebo" - C5</p> <p>"O que é o bloco de fichas?" - C6</p> <p>"Qual dado?" - C6</p>

## Anexo H

**Tabela Resumo Alterações aos Materiais**

<b>Materiais</b>	<b>Versão de Teste</b>	<b>Versão Final</b>
<u>Jogo</u>	Número de jogadores = 2	Número de jogadores = 4
<u>Manual do Jogo</u>	“revitimizações”  “diádica”	“voltar a ser vítimas”  “a dois”
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prólogo</li> </ul>	_____	No entanto, importa ressaltar que este jogo não é um instrumento que permite dizer, com certeza, se a criança foi vítima de abuso sexual.
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3. Como distinguir uma relação sexual normativa entre jovens menores de 18 anos e uma situação de abuso sexual?</li> </ul>	<p>a) Falta de consentimento: a vítima desconhece o que lhe está a ser proposto, bem como os comportamentos que esta situação envolve e potenciais consequências da mesma. Não tem a capacidade para efetuar uma escolha livre e informada.</p> <p>b) Ausência de uma relação de igualdade entre as várias crianças ou jovens envolvidos.</p>	<p>a) Falta de consentimento: a vítima desconhece o que lhe está a ser proposto, bem como os comportamentos que esta situação envolve e potenciais consequências da mesma. Não tem a capacidade para efetuar uma escolha livre e informada. Essa falta de capacidade pode ser derivada de um défice cognitivo.</p> <p>b) Ausência de uma relação de igualdade, que pode estar relacionada com idade, poder ou conhecimento, entre as várias crianças ou jovens</p>

		envolvidos.
<ul style="list-style-type: none"> <li>7. Porque é que as crianças não contam?</li> </ul>	<p>c) medo em relação às consequências da denúncia (medo de consequências negativas para si, para a sua família ou para o abusador);</p>	<p>c) medo em relação às consequências da denúncia (medo de consequências negativas para si, para a sua família ou para o abusador), muitas vezes relacionado com ameaças feitas pelo abusador;</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>8. Existem crianças com maior probabilidade de serem abusadas?</li> </ul>	<p>b) É possível identificar diversos fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade da criança a uma situação de abuso, nomeadamente a idade (parece existir um maior risco na pré-adolescência), a necessidade de afeto e atenção que as crianças manifestam, bem como certos fatores relacionados com as dinâmicas familiares (por ex., distância emocional, ausência de supervisão adequada da criança).</p>	<p>b) É possível identificar diversos fatores de risco que aumentam a vulnerabilidade da criança a uma situação de abuso, nomeadamente a idade (parece existir um maior risco na pré-adolescência), a necessidade de afeto e atenção que as crianças manifestam, bem como certos fatores relacionados com as dinâmicas familiares (por ex., distância emocional, ausência de supervisão adequada da criança) e incapacidade, relacionada com deficiência física ou perturbação mental.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>12. Que estratégias utilizam os abusadores sexuais?</li> </ul>	<p>e) Ameaças de consequências negativas para a criança e/ou para outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ “Se contares a alguém, bato-te.”</li> <li>○ “Se contares o nosso segredo, mato-te”</li> <li>○ “Se não fizeres o que te peço, mato a tua família”</li> <li>○ “Se contares a alguém vão pensar que é mentira e vais ser separada</li> </ul>	<p>e) Ameaças de consequências negativas para a criança e/ou para outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ “Se contares a alguém, bato-te.”</li> <li>○ “Se contares o nosso segredo, mato-te”</li> <li>○ “Se não fizeres o que te peço, mato a tua família”</li> <li>○ “Se contares a alguém vão pensar que é mentira e vais ser separada</li> </ul>

	da tua família”	da tua família” ○ “Se contares a alguém vais para uma instituição!”
<ul style="list-style-type: none"> <li>16. Como devo responder perante conversas pouco concretas?</li> </ul>	<p>“Tens de ir, senão ela vai ficar chateada contigo”</p> <p>“Mas ela gosta muito de ti”</p>	<p>“Tens de ir, senão ela vai ficar chateada contigo”</p> <p>“Mas ela gosta muito de ti”</p> <p>“Ela vai ficar tão triste”</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>17. O que DEVO FAZER perante uma revelação de abuso sexual?</li> </ul>	<p>Mesmo que se sinta ansioso/a, zangado/a ou frustrado/a, tente que a criança não se aperceba destes sentimentos.</p> <p>f) Garantir que vai conseguir ultrapassar a situação: “Fica tranquilo, porque vais voltar a sentir-te bem”.</p>	<p>Mesmo que se sinta ansioso/a, zangado/a ou frustrado/a, tente que a criança não se aperceba destes sentimentos, optando por uma postura neutra.</p> <p>f) Garantir que vai conseguir ultrapassar a situação: “Fica tranquilo, porque vais voltar a sentir-te bem”.</p> <p>“Vou ajudar-te em tudo o que for preciso para que te sintas melhor”.</p>

	<p>g) Explicar o que vai acontecer a seguir: Explicar que vai ter de pedir ajuda a outras pessoas para se certificar de que não volta a acontecer. Não faça falsas promessas (por ex., dizer que vai guardar segredo).</p>	<p>g) Explicar o que vai acontecer a seguir: Explicar que vai ter de pedir ajuda a outras pessoas para se certificar de que não volta a acontecer e que a criança vai ficar protegida. Não faça falsas promessas (por ex., dizer que vai guardar segredo).</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>18. O que é que NÃO DEVO FAZER face a uma revelação de abuso sexual?</li> </ul>	<p>(c) Culpar a criança: “Porque é que não me disseste nada antes?”; “Porque é que deixaste que ele/ela fizesse isso?”; “O que é que fizeste para ele/ela te fazer isso?”;</p>	<p>(c) Culpar a criança: “Porque é que não me disseste nada antes?”; “Porque é que deixaste que ele/ela fizesse isso?”; “O que é que fizeste para ele/ela te fazer isso?”; “Tu é que o provocaste!”</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>20. Face a uma suspeita de abuso sexual, a quem devo pedir ajuda?</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Número Nacional de Emergência Médica</li> <li>2. Polícia de Segurança Pública (PSP) ou Guarda Nacional Republicana (GNR)</li> <li>3. Polícia Judiciária (PJ)</li> <li>4. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ)</li> <li>5. Associação Portuguesa de Apoio à Vítima</li> <li>6. Linha telefónica de informação às vítimas</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Polícia Judiciária (PJ)</li> <li>2. Polícia de Segurança Pública (PSP) ou Guarda Nacional Republicana (GNR)</li> <li>3. Urgência Pediátrica do Hospital da zona de Residência</li> <li>4. Ministério Público</li> <li>5. Linha SOS Criança</li> </ol>

	<p>de violência doméstica</p> <p>7. Linha SOS Criança</p> <p>8. Linha verde Recados da Criança</p> <p>9. Linha Nacional de Emergência Social (LNES)</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos do Código Penal respeitantes a este tipo de crime</li> </ul>	<p>Artigos 163, 164, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177 e 178.</p>	<p>_____</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manual de Instruções</li> </ul>	<p>Vamos jogar!</p> <p>Lança o dado e faz-te ao mar com o Búzio e a Coral. O vosso primeiro desafio é navegar nas águas pouco profundas do Mar das Conchas, nele encontrarás atividades sobre diversos temas identificados com cores diferentes.</p> <p>Quando tiveres completado duas atividades de cada tema significa que já viveste todas as aventuras do Mar das Conchas!</p> <p>Estás agora pronto para navegar no Mar Turbulento! Para lá chegares, percorre a Gruta</p>	<p>Vamos jogar!</p> <p>Lança o dado e faz-te ao mar com o Búzio e a Coral. O vosso primeiro desafio é navegar nas águas pouco profundas do Mar das Conchas, nele encontrarás atividades, de nível I, sobre diversos temas identificados com cores diferentes.</p> <p>Quando tiveres completado duas atividades de nível I de cada tema significa que já viveste todas as aventuras do Mar das Conchas!</p> <p>Estás agora pronto para navegar no Mar Turbulento! Para lá chegares, percorre a Gruta</p>

	<p>dos Morcegos e encontrarás novas atividades com as quais poderás receber mais fichas.</p> <p>3. Como devo explicar o jogo à criança?</p> <p>O adulto deve dizer à criança que se trata de um jogo de tabuleiro com diversas atividades que são jogadas tendo como contexto o mar. Esta aventura é feita entre a criança e duas personagens, o Búzio e a Coral, que embarcam num navio em busca de um tesouro perdido. Ao longo do jogo, a criança vai acompanhá-los nessa viagem ao longo do Mar das Conchas e do Mar Turbulento, e partilhar todas as aventuras com eles, com vista a descobrir, no final, o seu tesouro.</p>	<p>dos Morcegos e encontrarás novas atividades, agora de nível II, com as quais poderás receber mais fichas.</p> <p>3. Como devo explicar o jogo à criança?</p> <p>O adulto deve dizer à criança que se trata de um jogo de tabuleiro com diversas atividades que são jogadas tendo como contexto o mar. Esta aventura é feita entre a criança e duas personagens, o Búzio e a Coral, que embarcam num navio em busca de um tesouro perdido. Ao longo do jogo, a criança vai acompanhá-los nessa viagem ao longo do Mar das Conchas e do Mar Turbulento, e partilhar todas as aventuras com eles. O objetivo do jogo é a criança conquistar todas as 12 pedras preciosas para ficar com o seu baú do tesouro completo.</p>
<u>Atividades</u>		

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tema 2 – Emoções (mímica II)</li> </ul>	<p>O Búzio descobriu que a Coral lhe escondeu um segredo muito importante.</p> <p>Através de gestos, ajuda o Búzio a mostrar à Coral que se sente muito zangado.</p> <p>A Coral também está a sentir-se muito envergonhada por não ter contado o segredo ao Búzio. Como lhe pode mostrar através de gestos?</p>	<p>O Búzio descobriu que uma Sereia disse a toda a gente que ele lhe tinha tirado um doce sem pedir autorização, o que não era verdade.</p> <p>Através de gestos, ajuda o Búzio a mostrar à Sereia que se sente muito zangado.</p> <p>A Sereia também está a sentir-se muito envergonhada por ter contado uma mentira sobre o Búzio. Como lhe pode mostrar através de gestos?</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tema 4 – Segredos (contar I)</li> </ul>	<p>A avó do Búzio gosta de o agarrar e de lhe dar beijos em partes do corpo que ele não gosta.</p> <p>A avó diz-lhe que estes beijos são um segredo só deles, e que se ele não contar a ninguém o leva a passear.</p> <p>O que deve fazer o Búzio?</p> <p>E tu, o que farias?</p>	<p>A avó do Búzio gosta de o agarrar e de lhe dar beijos em partes do corpo que ele não gosta.</p> <p>A avó diz-lhe que estes beijos são um segredo só deles, e que se ele não contar a ninguém lhe dá 5 euros.</p> <p>O que deve fazer o Búzio?</p> <p>E tu, o que farias?</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartas de Situações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um amigo da família do Búzio obriga-o a dar-lhe beijos de que ele não gosta.</li> <li>• O Búzio tem um amigo que conhece apenas de um jogo da Internet e que lhe mandou uma foto das suas partes privadas. Este amigo também lhe pediu para ele mandar uma foto sua, despido.</li> </ul> <p style="text-align: center;">“chefe dos escuteiros”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O chefe dos escuteiros da Coral disse-lhe para ela ir com ele para a sua tenda porque tinha um grande saco de gomas para partilhar com ela, e que não podia contar a mais ninguém porque seria o seu segredo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Um amigo da família do Búzio obriga-o a dar-lhe beijos de que ele não gosta e diz-lhe que se ele não der vai fazer mal à sua mãe.</li> <li>• O Búzio tem um amigo que conhece apenas de um jogo da Internet e que lhe mandou uma foto das suas partes privadas. Este amigo também lhe pediu para ele mandar uma foto sua, despido. Como o Búzio respondeu que não, ele disse-lhe que se não mandasse ia pôr na Internet outras fotos do Búzio, que já tinha.</li> </ul> <p style="text-align: center;">“monitor do campo de férias”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O monitor do campo de férias em que a Coral participou no verão passado disse-lhe para ela ir com ele para a sua tenda porque tinha um grande saco de gomas para partilhar com ela se ela lhe mostrasse as maminhas, e que não podia contar a mais ninguém porque seria o seu segredo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartas de Emoções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Felicidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alegria</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dado de Emoções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Felicidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alegria</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Surpresa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Culpa</li> </ul>
<u>Cartões Mapa do Tesouro</u>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cartão com definições chave para as crianças</li> </ul>	_____	